

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 71ª
(SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 22 DE AGOSTO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.
(Pausa.)

Não havendo pedido de retificação e como já é de conhecimento de todos os Deputados, esta Presidência dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 70ª Sessão Ordinária.

A Presidência vai suspender os trabalhos por trinta minutos por não haver ainda número suficiente de Deputados para o início dos Comunicados de Líderes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h05min, a sessão é reaberta às 15h06min.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na tarde de hoje, falo mais uma vez pela liderança do Partido dos Trabalhadores. Quando é horário de liderança, eu gosto de falar de temas gerais, geralmente temas que estão afligindo a nação brasileira. Creio que todos nós fomos tomados ontem pela notícia absurda transmitida através da imprensa nacional da proposta do golpista Michel Temer de privatizar a Eletrobrás. Na verdade, a privatização da Eletrobrás é o Brasil abrir mão definitivamente de fazer política pública de energia neste País. É isso que eles estão fazendo com essa maldita proposta de privatização da Eletrobrás.

Quero apelar ao Líder do Governo, Deputado Agaciel Maia, que é um homem que tem um nome nesta cidade, um homem de quem sou amigo mesmo S.Exa. liderando esse governo, que dê um conselho para o Rollemberg: para ele parar de copiar tudo que é monstruosidade feita pelo Temer. Ele agora já anuncia também a privatização da CEB – Companhia Energética de Brasília, que nós sabemos que é uma empresa eficiente. Nós sabemos que é uma empresa que está dando certo no Distrito Federal. Sabemos que é uma empresa – V.Exa. participou do processo de recuperação da CEB no Governo Agnelo – que continua sendo recuperada agora e que não pode ser privatizada, Deputado Agaciel Maia. Isso é uma loucura.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa., dada a confiança que tenho em V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. que é um Deputado respeitado pela classe trabalhadora de Brasília pelas suas posições, pela sua luta, eu acho que esse tema levantado aqui só serve para criar uma instabilidade no corpo funcional desses órgãos. Primeiro eu quero destacar que a CEB vem num processo de recuperação econômica ascendente. Os resultados da CEB, a cada ano, estão se apresentando melhores. Esse órgão é um patrimônio de Brasília. Eu acho que, no meio dessa crise, tendo em vista toda essa especulação a respeito da privatização no Governo Federal, isso gera exatamente esse clima. É lógico que num governo onde existem muitas secretarias, muitos órgãos, é natural que sempre se especule – nós estamos diante de uma crise financeira, onde o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

governo tem dificuldade de pagar os fornecedores, os prestadores de serviço e até mesmo os servidores –, que sempre surja esse assunto sobre venda de ativos para poder gerar receita.

Mas eu quero informar a V.Exa. e aos demais Deputados que o governo, em nenhum momento, falou em privatizar a CEB. Algumas pessoas têm falado, mas o Governador mesmo nunca falou sobre este assunto. Eu acho que debater um assunto de maneira precoce e que também conta com o efeito cartomante – querer adivinhar o que realmente possa vir a acontecer –, neste momento, não soma muito. Eu quero dizer e garantir aqui aos Deputados que em nenhum momento o Governador Rodrigo Rollemberg tratou desse assunto sobre a venda da CEB comigo.

Então, era isso que eu queria ressaltar, fazendo esse aparte ao pronunciamento de V.Exa., Deputado Chico Vigilante, exatamente para que a gente também não faça, não reverbere, não divulgue ou não ilustre opiniões de alguns auxiliares para não criar esse quadro de instabilidade.

Eu estive em Planaltina neste final de semana e uma servidora da CEB veio me perguntar se a CEB ia ser vendida. Eu falei: "Todos sabem que eu não escondo a verdade. Em nenhum momento, o Governador tratou deste assunto." Portanto, essa discussão, esse debate pode estar sendo feito em nível de Governo Federal. No governo local, até o momento, eu não fui informado disso. A princípio, eu acredito que isso não seja ventilado, a não ser por ideias de alguns assessores ou auxiliares que gostariam de ver, como outros Estados fizeram, a venda de patrimônio para que venha sanear problemas financeiros do órgão.

Portanto, Deputado Chico Vigilante, quero parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento, mas esse caso da venda da CEB, no momento, não está em pauta no governo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Agaciel Maia, conhecendo V.Exa. como eu conheço, tenho a certeza de que esses auxiliares, por sinal maus auxiliares... Porque um cara que dá um conselho como esse, da maneira como foi dada, para o Governador, no mínimo tinha que ser demitido. Como é que sai por aí falando da venda da CEB sem estar autorizado por alguém.

Mas eu tenho certeza de que, se tentarem essa venda, V.Exa. estará somando com a gente aqui. Deputado Joe Valle, eu tenho certeza também de que estará conosco nessa batalha contra uma possível privatização dessa empresa, que é o sinônimo de uma empresa séria aqui no Distrito Federal.

Deputado Agaciel Maia, a questão da CEB estatal, ela envolve, inclusive, a Segurança Nacional. Nós estamos na Capital da República, a CEB é a empresa que cuida da energia, aqui na Capital da República, de todos os poderes, inclusive das Embaixadas. Portanto, a CEB não pode, em hipótese nenhuma, ser privatizada.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22	08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

Eu conheço o quadro funcional da CEB, sei da eficiência deles, é uma empresa que está enxuta, logo não merece ser privatizada. E tem mais um detalhe: V.Exa. sabe que há uma empresa tipo a CEMAR – Companhia Energética do Maranhão – no Maranhão, Deputado Joe Valle, que foi privatizada. Lá, eles já tiveram o topete de cortar até a energia de hospitais públicos, por estar em atraso. Já deixaram cidades inteiras às escuras por estarem em atraso. Porque esse é o pensamento da empresa privada que só pensa, única e exclusivamente, no lucro.

Não é o caso da empresa pública que, antes de pensar no lucro, pensa no bem-estar da população. Portanto, tenho certeza de que V.Exa., Deputado Agaciel Maia, vai estar somando conosco nessa frente de luta contra a privatização dessa empresa, que é o patrimônio do povo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apenas para concluir o raciocínio do Deputado Chico Vigilante, normalmente a estratégia do governo que quer privatizar é a seguinte: ele desidrata a empresa, deixa a empresa inviável para depois vender. Não é o que está acontecendo. Está se investindo na CEB, que está tendo resultados financeiros cada vez maiores e crescentes. Então, não é um paradigma estar investindo em um órgão que está tendo bons resultados. Não faz parte desse manual, geralmente a empresa é sucateada para depois ser vendida, e não é o que está acontecendo com a CEB.

Eu queria destacar, Sr. Presidente, que, hoje, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, por unanimidade, com os votos do Deputado Rafael Prudente, do Deputado Julio Cesar, do Deputado Chico Leite e do Deputado Prof. Israel, foi aprovada a Lei Orgânica da Cultura, em um parecer com mais de duzentas páginas e com a presença do segmento da cultura. Eu fico envaidecido porque só 3 das 27 unidades da Federação mantêm a cultura ativa em face dessa crise nacional. O Distrito Federal já é uma referência na cultura do País e, com a Lei Orgânica da Cultura aprovada hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, criando os regulamentos e disciplinando, com certeza, o Distrito Federal vai ser um exemplo a ser seguido pelos demais estados da Federação.

É importante dizer, Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa. está muito imbuído nesse processo, que eu interajo muito, até sob aspecto familiar e político, com artistas de vários estados brasileiros. E mesmo artistas da minha terra, o Rio Grande do Norte, e da Paraíba disseram que gostariam de vir para Brasília porque em Brasília a área da cultura funciona, tem inteligência, tem programação. Mesmo assim, a gente sabe que a militância da área da cultura de Brasília é muito eficaz, efetiva, combativa e tem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

ajudado bastante no aperfeiçoamento desses mecanismos e da legislação que estamos defendendo.

Portanto, eu acho que é um passo importante. Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu não sei se vocês conseguiram votar ou se vão votar na próxima semana. Na próxima semana, essa matéria deve ser votada na Comissão de Constituição e Justiça e depois ela deve vir para o plenário, mas, depois de muita discussão e de muitas emendas, eu acho que a matéria está redonda, como nós costumamos falar, para que a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal seja uma referência a ser copiada pelos demais 26 estados da Federação.

Outro assunto, Sr. Presidente, que eu gostaria de abordar é a nomeação na saúde e a concessão de microcrédito do Prospera. É lógico que nós só ouvimos falar em notícia ruins, mas precisamos também, por uma questão de dizer a verdade, pronunciar algumas ações do governo no sentido de melhorar a saúde no Distrito Federal.

A saúde no Distrito Federal, Deputado Chico Vigilante, sempre desperta apaixonadas discussões, ainda mais neste período de crise prolongada no País, que afeta todas as unidades da Federação e, infelizmente, a população. Uma das primeiras medidas de uma família que perde emprego ou precisa diminuir os gastos é cortar o plano de saúde. Isso não é diferente com as famílias do Distrito Federal.

A decisão relacionada à vida privada das pessoas acaba também impactando diretamente a rede pública de saúde, já sobrecarregada por anos e anos de investimentos insuficientes e demandas crescentes. Sem ter como pagar planos de saúde, as famílias passam a depender do atendimento em hospitais e unidades públicas de saúde.

Importante observar que, nos últimos dois anos e meio, vive-se no País uma depressão econômica que levou a economia brasileira a encolher 8,3% do PIB – Produto Interno Bruto. A crise econômica gera dificuldades a todas as unidades da Federação. Em Brasília, o Governador Rodrigo Rollemberg vem administrando a máquina pública com austeridade e responsabilidade com a população. Entretanto, mesmo em meio a esse cenário econômico de grande dificuldade e carência de recursos para investimentos, o Governo de Brasília vem envidando esforços para melhorar o atendimento na saúde, com reforço de profissionais, conserto de equipamentos essenciais, com a regularização do abastecimento de remédios, construção ou reforma de unidades de saúde e modernização da gestão, entre outros.

Reconheço que o problema da saúde, crônico e de longa data, e agora agudizado com a crise econômica, dificulta a percepção dos resultados dos esforços do Governador Rodrigo Rollemberg e equipe para melhorar a saúde. Por isso, neste momento, quero compartilhar com os Srs. Deputados Distritais a boa notícia de hoje, Deputado Prof. Reginaldo Veras e Sr. Presidente Joe Valle. Nesta manhã, as unidades

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	6	

de saúde de Brasília ganharam reforço de 163 novos servidores: médicos, psicólogos, enfermeiros, nutricionistas, radiologistas, entre outros profissionais.

Vinte e oito médicos são especializados no atendimento de família e comunidade e reforçarão as equipes das unidades básicas de saúde. Entre os demais 31 médicos nomeados, estão especialistas em diversas áreas: broncoesofagologia, clínica médica, coloproctologia, endocrinologia, ginecologia e obstetrícia, infectologia, medicina nuclear, nefrologia, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, psiquiatria, radiologia, reumatologia e sanitarista. Então, o governo hoje empossou 163 novos profissionais da saúde.

Há outra notícia que eu gostaria, aproveitando o espaço, de comunicar aos nobres Deputados. Quero registrar, ainda, outra importante notícia do Governo de Brasília para a nossa cidade: hoje, pela manhã, o governo também liberou mais 682 mil de microcrédito, por meio do programa Prospera, fundo de geração de emprego e renda, contemplando, Deputado Chico Vigilante, 58 microempreendedores, entre os quais 39 urbanos e 19 rurais, Presidente Joe Valle – V.Exa. que é uma referência na área rural. Então, 19 microempreendedores rurais receberam seus créditos hoje pela manhã. Este é o décimo segundo lote do Prospera, programa que visa fomentar emprego e renda e é gerido pela Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Com este novo lote, a soma total de investimentos, somente neste ano, chega a 5,4 milhões. As cartas de crédito foram distribuídas a 495 microempreendedores. O programa tem baixos índices de inadimplência. Tão logo termina de pagar o empréstimo, o microempreendedor costuma voltar a candidatar-se para obter um novo microcrédito, e o pagamento em dia das parcelas anteriores garante a possibilidade de um valor maior na concessão de nova carta de crédito, um dinheiro que tem garantido emprego e renda e, consequentemente, movimentado a economia local.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nosso objetivo é exatamente este: aceitar as críticas, aceitar as sugestões, mas também divulgar as coisas boas que o Governador Rodrigo Rollemberg está fazendo. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Enquanto os Líderes não chegam, eu quero aqui saudar os nobres companheiros da CEB, na pessoa do André, na pessoa do Sidney – sejam bem-vindos –, da Lair, que está aqui com a gente, e os nossos companheiros da Caesb – Paulo Salomão, Vítor, a minha amiga cujo nome esqueci, os companheiros todos da Caesb que hoje estão aqui preocupados. O Deputado Agaciel Maia já nos deu tranquilidade com relação a isso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

Fico muito feliz, Deputado, quando V.Exa. tranquiliza todos nós. É claro que nós vamos continuar atentos a tudo isso, mas disse a eles o que eu sinto e o que eu sempre tenho dito nesta Casa. Confio muito em V.Exa., na sua palavra. V.Exa. é um líder, um excelente interlocutor, alguém que nós conhecemos há muitos anos, que sempre honrou a palavra e que tem uma sensibilidade política com relação aos servidores públicos muito grande. Nós sabemos que tentar privatizar empresas públicas, como a CEB e a Caesb, é um suicídio. O Governador não pode acabar com os patrimônios de Brasília. Esses são patrimônios importantes pelos quais esta Casa tem a obrigação de zelar.

Então, os servidores estão aqui fazendo jus àquilo que é da sociedade. Eles estão cuidando do patrimônio da sociedade. V.Exa. já teve o cuidado de nos chamar aqui e nos tranquilizar. Com relação à fala do Deputado Chico Vigilante, V.Exa. já o fez. Então, isso, obviamente, nos acalma muito. É claro que haverá uma vigilância. Eu acredito muito em V.Exa., mas não acredito muito no Governador; aliás, não acredito nada nele. Mas, como V.Exa. deu a sua palavra, confesso que fico mais tranquilo. A partir de agora, a gente vai dormir com um olho aberto e o outro fechado. A gente estava dormindo com os dois abertos.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu quero agradecer a V.Exa. É uma pena que o Michel Temer não tenha um conselheiro como V.Exa. para evitar que ele dê o *start* nos processos de privatização no Governo Federal, criando essa sombra negra sobre os demais estados que têm suas companhias de água e eletricidade ainda estatais.

Portanto, acho que, por sugestão do próprio Filippelli, o Michel Temer deveria ter um assessor como V.Exa. exatamente para desestimulá-lo a tomar iniciativas como as que ele está tomando, fazendo uma pressão de cima para baixo em todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – E é um equívoco muito grande. Em que pese, Deputado, eu ser Líder do PMDB, eu sempre disse que não vou concordar com aquilo que contrarie as minhas convicções. Eu sempre fui contrário às privatizações. Sou contrário a esse modelo de sistema previdenciário que ele está tentando implantar goela abaixo. Então, a gente tem que ser coerente. Apesar de que eu entendo também que o Governador Rollemberg ainda não implantou as privatizações porque esta Casa também não vai permitir. Nós, Parlamentares, temos uma responsabilidade muito grande. Se ele tentar colocar isso aqui, a reação será muito forte. Os servidores públicos sabem que podem contar conosco, até porque ele já tentou uma vez e se viu frustrado. Então, nós teremos o cuidado de reagir muito duramente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria registrar aqui no plenário da Casa os meus cumprimentos à Deputada Telma Rufino, ao Deputado Wellington Luiz e à Deputada Celina Leão. Hoje foi realizada uma

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

audiência pública sobre recentes decisões que o governo tomou sobre o programa habitacional por meio dos grupos organizados, as chamadas cooperativas habitacionais. Há alguns questionamentos sendo colocados. Houve uma presença expressiva dos gestores da Codhab e do procurador responsável. Considero uma experiência extremamente positiva nessa retomada da política habitacional no Distrito Federal. Infelizmente, demorou bastante, mais de dois anos e meio de governo, mas é aquele velho ditado: antes tarde do que nunca. Então, considero isso importante. Precisa ser aperfeiçoado, mas o importante é que a proposta já foi colocada na rua com a participação dos movimentos organizados de moradia.

Parabenizo, portanto, o Deputado Wellington Luiz, a Deputada Telma Rufino, Presidente da nossa comissão, e a Deputada Celina Leão, autora do requerimento que gerou essa importante audiência pública.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, companheiros e companheiras, muito prazer em estar com todos vocês.

Mais uma vez, saúdo os trabalhadores que vivem angustiados com as ameaças do governo. Essa agora, graças a Deus, foi dissipada pelo nosso Líder, o Deputado Agaciel Maia. De fato, nos tranquiliza, Deputado, quando V.Exa. traz essa importante informação. V.Exa. tem as informações, já que é o Líder do Governo – líder de fato e de direito – e merece toda a credibilidade em razão de sua história.

Então, quero já deixar bem claro aos companheiros da CEB, da Caesb, de todas as empresas públicas, que agora, com essa manifestação do Deputado Agaciel Maia, de fato, ela nos dá uma credibilidade, o que não quer dizer que ficaremos desmobilizados. E isso eu volto a dizer, em razão não da palavra do Deputado Agaciel Maia, na qual eu acredito piamente, mas em razão da postura do Sr. Governador. A gente percebe que há um risco muito grande para todas as empresas públicas. Este governo não tem zelo com a coisa pública, então é importante que a gente fique sempre atento. Esta é a Casa de vocês, e nós vamos ter que estar sempre atentos.

Estou vendo os companheiros técnicos, que estão sempre aqui com a gente, vítimas de assédio, inclusive. Nós vamos tentar de todas as formas fazer justiça, reparar essa maldade contra vocês.

Eu quero também trazer uma preocupação, Deputado Agaciel Maia, e aí me dirijo a V.Exa., que é nosso interlocutor. Eu recebi hoje logo cedo, ainda não era 6h30min, uma denúncia que reputo muito grave. Tive o cuidado, Deputado, com muita

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	9	

responsabilidade, de fazer um requerimento de convocação ao Sr. Wellington Antônio, ex-Presidente e atual Conselheiro do Conselho Regional de Enfermagem.

O que ele alega? Ele alega que teria alertado o Sr. Governador e o Secretário de Saúde sobre os danos que viriam com o fechamento da sala vermelha do Hospital Regional do Guará. Inclusive, Deputado, ele traz *prints* de conversas do WhatsApp com o Governador e com o secretário, com a foto. Obviamente, como policial, temos que ter a responsabilidade de não fazer acusações antes de conhecer a realidade dos fatos. O que é verdade é que essa decisão, tomada seja lá por quem, acabou gerando problemas muito sérios naquele hospital, inclusive mortes. Agora nós queremos saber se de fato esses gestores foram informados, foram alertados de que isso poderia acontecer.

Então, estou fazendo esse requerimento. Estou convocando quem denunciou, e não quem está sendo denunciado, por uma questão de cautela. Para quê? Para que esta Casa saiba se, de fato, houve um ato irresponsável dos gestores. Não quero fazer aqui nenhum prejulgamento. Se eu tivesse que fazer imediatamente, pelo que este governo já fez com a saúde pública do Distrito Federal, eu entenderia que as denúncias são factíveis. Essas denúncias, de fato, são existentes, porque têm sido uma prática deste governo. Mas eu não quero ser leviano e fazer uma acusação antes de ouvir o ex-Presidente do Conselho de Enfermagem.

Hoje estão aqui o Presidente e o Vice-Presidente do Sindicato dos Médicos – sindicato extremamente atuante –, o Gutemberg e o Carlinhos, que vêm trazendo sistematicamente denúncias dessa falta de gestão e de zelo por parte da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Esse é um cuidado que nós estamos tendo, deixando isso bem claro. Na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, da qual sou membro, o Presidente é o Deputado Ricardo Vale, vou solicitar que a nossa comissão ouça, porque esse é um problema de direitos humanos. Os Direitos Humanos têm que agir para essas vítimas, e que a gente consiga entender o que de fato aconteceu. Eu tenho elementos aqui, indícios de que houve um descuido na saúde do Distrito Federal, e teremos que tomar algumas providências.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado, eu gostaria de esclarecer. Inicialmente é contraditório. Os profissionais da CEB que estão hoje na galeria são pessoas extremamente inteligentes e qualificadas, e sabem que o resultado obtido pela CEB na gestão do Governador Rollemberg é bem superior às gestões anteriores. Portanto, dizer que o Governador não cuida do serviço público, no que se refere aos resultados da CEB – os resultados são números, e quanto a números não tem como a gente argumentar –, a companhia vem se organizando, vem se desenvolvendo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Conforme eu falei, o manual de governos é: quando querem privatizar o órgão, desidratam o órgão, deixam-no sucateado para criar o descrédito junto à população, e em seguida vendem a preço de banana. Não é o que está acontecendo com a CEB. A CEB apresenta, a cada dia mais, nessa gestão, para ser verdadeiro, para ser real – eles estão aqui e devem apresentar esse número ao Deputado Wellington Luiz –, que os resultados nesse governo são melhores do que nos governos anteriores.

Outro aspecto, no que se refere à parte de saúde, é que ninguém questiona que a saúde vai muito mal ou já estava muito mal. Ninguém questiona que já tivemos vários secretários e ninguém consegue resolver isso. É lógico que há o aspecto crítico, e é muito mais fácil do que sentar ali e tentar gerenciar uma máquina ultrapassada, emperrada. Existem problemas de gestão, e V.Exas. sabem. Nós fizemos aqui, durante o governo anterior, grandes esforços no que diz respeito a melhorias salariais. Mas, ao mesmo tempo, algumas categorias ficaram de fora por perseguição política, e nós Deputados não tivemos a altivez de reclamar isso na época.

Algumas medidas foram tomadas. Muita gente foi contratada, mas com a redução de quarenta para vinte horas se fracionou demais o trabalho na Secretaria de Saúde. Então, houve ganho em quantidade de servidor, mas se perdeu em carga horária.

O Secretário Humberto, Consultor do Senado, ao qual dei posse à época, tem se esforçado bastante e é uma pessoa séria. É tanto que se ele vier a ser substituído, hoje ou no próximo governo, e for colocada outra pessoa – por isso eu faço essa referência, pode trazer até de outro planeta –, nas condições e no cenário atual, não haverá resultados. A não ser que se faça uma política de gestão e se consiga produtividade dos profissionais, não só através de salários, mas através de um fator motivacional: ambiente de trabalho bom, boas condições de trabalho, equipamentos bons e boa remuneração.

A saúde é uma equação com muitas variáveis. Se mexe numa, estoura noutra. Nos problemas pontuais, podem colocar qualquer secretário, mas se todas as vezes a gente for denunciar um problema num hospital desse, que foi construído há quarenta anos e está sucateado.... O de Planaltina é referência, é um hospital de quarenta anos. O pessoal está subindo pelas escadas, e ninguém, num estalar de dedos, vai resolver isso. Só vai resolver com planejamento, com esforço.

Primeiro, eu acho que na área da saúde tem-se que reduzir os muitos desperdícios que existem. Há quantidade exagerada de itens em estoque de equipamentos, há aquisição de um mesmo tipo de medicamento com probabilidade de vencer, não existe um planejamento sistemático, não se tem dados. Pelo menos o ex-Governador Agnelo reclamava muito. Quando ele assumiu, o sujeito levou os computadores e ele ficou totalmente no escuro. Então, não temos dados históricos. As informações, para que alguém tenha elementos – o Deputado Wasny de Roure, que é um economista renomado, sabe disso –, se não houver estatística, não tem como fazer

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

correção. E na maioria dos problemas de saúde, o sujeito está tateando no escuro, tentando acertar.

Eu parabeno V.Exa. por trazer essas questões. O Deputado Joe Valle sabe, a partir do momento em que começam as denúncias, começam a convocar as pessoas, é uma coisa disciplinadora: os gestores passam a ficar mais atentos. O ser humano, é natural, quando começa a ser fiscalizado, ele fica mais atento. Portanto, parabeno V.Exa. pelo pronunciamento que está fazendo na tarde de hoje.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado, só colocando que aparte... Estamos com *quorum* na Casa. Vou pedir aos Deputados que façamos um trabalho de conclusão para podermos passar à votação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Então, eu quero, Deputado Wasny de Roure, antes de passar para V.Exa., só fazer, se o Deputado Agaciel Maia me permitir, uma relação com o que foi dito por V.Exa., inclusive a questão da CEB, da Caesb e da Secretaria de Saúde.

O que aconteceu na CEB bem provavelmente? O gestor lá teve a humildade de ouvir quem conhece, que são esses caras que estão na ponta. Quando ele assim agiu, a CEB começou a sair do buraco. Não há fórmula mágica. Não foi o Governador quem investiu, porque ele não investiu quase nada na CEB. Eu conheço, eu acompanhei os caras. Então, o que está havendo lá é um esforço sobre-humano de quem trabalha, desses funcionários, que têm compromisso. No dia em que se terceirizar, acabará, não haverá mais compromisso. São eles que têm compromisso de verdade. Portanto, o que há é isso.

A Caesb tem dito que tem quase 1 bilhão de receita, de crédito. Se aquele arrogante daquele Maurício, que é um dos caras mais arrogantes que existem, resolver ouvir quem conhece, a Caesb vai sair do buraco, Deputado. Agora, colocam um cara igual àquele Maurício Ludovice, que não senta com ninguém, que é um poço de arrogância, de petulância, de incompetência. A única coisa que ele traz no currículo dele é ser primo do Governador. Aí não tem jeito.

E o que acontece na Secretaria de Saúde? Não discordo de V.Exa. quando fala da capacidade, da responsabilidade do secretário. Realmente, é uma pessoa bem-intencionada, mas, se tiver humildade, como aconteceu na CEB, e agir diferentemente de como o arrogante Maurício Ludovice está agindo na Caesb, o que vai acontecer? As coisas vão se resolver. É claro que o que se precisa é disso, Deputado. O que se precisa é de o gestor ouvir quem está na ponta, porque quem está na ponta é quem conhece, não é o especialista que fica com a bunda sentada numa cadeira olhando para o computador, não. Portanto, o importante é isso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017		15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	12	

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, eu fico feliz que V.Exa. tenha abraçado essa causa das empresas públicas no Distrito Federal.

Eu estou bastante preocupado. A questão da Caesb e a questão da CEB são cruciais para nós. Em primeiro lugar, nós precisamos entender que ambas as instituições, ambas as empresas cumprem um papel político da maior importância do ponto de vista do fornecimento de energia, do tratamento de esgoto e do fornecimento de água à população do Distrito Federal, da mais alta qualidade em relação a qualquer outra cidade brasileira. As nossas empresas possuem quadros altamente qualificados. Quero dizer que elas precisam ter apoio e suporte. No caso da CEB, inclusive V.Exa. era Deputado Distrital quando nós votamos aqui, se não me falha a memória, em 2011 ou 2012, aquela revisão do PDOT, quando muitos nos criticaram pela disponibilização e pela autorização para o parcelamento da área de acordo com o interesse da CEB. Era uma área que pertencia à Companhia de Energia de Brasília. Depois nós tivemos aquele acerto da CEB com a Eletronorte, a disponibilização dessa área.

Então, nós precisamos trabalhar no saneamento das nossas empresas. Nós temos um problema crucial aí, que é a questão do encontro de contas do governo com a CEB. Sabemos que há alguns compromissos da CEB com o governo e do governo com a CEB. Essa coisa é uma matéria recorrente. Quando nós vamos apreciar matérias das nossas empresas, perguntamos sobre o encontro de contas, coisas elementares que precisam ser feitas e que não estão sendo feitas, até para darem uma maior tranquilidade à população do Distrito Federal.

Por isso, conte conosco. São empresas que merecem toda a atenção, todo o cuidado e todo o apoio para que elas sejam preservadas no seu papel público, de política pública que cumprem em nosso País. Os estados que privatizaram a energia elétrica e o fornecimento de água hoje padecem grandemente na gestão dessas áreas em função de elas estarem nas mãos da lucratividade e não do interesse público.

Eu quero continuar defendendo as empresas com base no interesse público, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, apenas para concluir, vieram me alertar que hoje grande parte do resultado das entregas das escrituras foi quando V.Exa. fez aquele trabalho, mesmo com a dificuldade de o Magela torcer contra. Eu tive – V.Exa. sabe disso – a satisfação de indicá-lo para ser secretário de regularização dos condomínios. V.Exa. fez um belo trabalho. Colheram os frutos já na gestão do Agnelo e estão colhendo mais agora, na gestão do Governador Rodrigo Rollemberg, mas não se lembram de V.Exa. – eu quero destacar isso. V.Exa. poderia ser um bom nome para assumir a Presidência da Caesb,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

porque V.Exa. tem força com os servidores e uma dinâmica de trabalho muito efetiva. Então, eu acho que V.Exa. seria um grande nome para ser Presidente da Caesb.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – É meu sonho, Deputado Agaciel Maia, só que, por força de lei, eu não posso. Quem sabe se eu não estivesse num mandato e V.Exa., já Senador da República, lembrar-se de mim. Será um prazer trabalhar com funcionários abnegados como esses. Lembrem-se de mim, CEB ou Caesb. Apesar de que eu entendo o seguinte: CEB e Caesb têm que ser dirigidos por servidores de carreira, porque ninguém melhor que esses caras. Ainda vou fazer uma legislação com lista tríplice, como na Polícia Civil, como no Detran, para que quem dirigir a CEB e a Caesb sejam servidores de carreira, escolhidos entre eles, porque isso é que é o correto.

Obrigado por V.Exa. se lembrar de mim. V.Exa. é um grande amigo. Mais uma vez, muito obrigado, Deputado.

Deputado Ricardo Vale, estou aqui requerendo a convocação do ex-Presidente do Conselho de Enfermagem em razão de denúncias de fatos gravíssimos que aconteceram no Hospital de Base. Eu queria pedir a V.Exa. que me ajudasse nesse sentido. Vou levar para que V.Exa. tome conhecimento. Como V.Exa. é presidente da nossa comissão, quero pedir a sua ajuda. Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão, pela liderança do PSB.

Aproveito para registrar as presenças de alunos e professores do Centro de Ensino Fundamental 02 de Brazlândia, que estão aqui participando do projeto Cidadão do Futuro, promovido pela Escola do Legislativo, que tem feito um grande trabalho nesta Casa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PSB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero aqui cumprimentar os alunos e os professores do Centro de Ensino Fundamental 02 de Brazlândia.

Sr. Presidente, colocamos, pelo PDAF, uma emenda parlamentar para a reforma da quadra de esporte e de um parquinho infantil no CEF 02. Eu quero dizer que, das 30 escolas em Brazlândia, 26 têm emendas Parlamentares de nossa autoria, que é um investimento que estamos aplicando na educação de Brazlândia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Juarezão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes pela liderança do Bloco Sustentabilidade e Trabalho.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Pares, todos da galeria, servidores públicos, alunos da escola pública do Distrito Federal, sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Sr. Presidente, eu pedi permissão para falar em nome do bloco porque eu venho trazer a esta tribuna um assunto extremamente grave, que inclusive foi pauta da mídia nacional no último fim de semana.

Todos sabem que, no último dia 19, foi aniversário da nossa querida Planaltina, uma cidade que completou 158 anos, que precede o Distrito Federal, só que vive uma situação de calamidade pública na saúde, de fatos extremamente graves.

Eu, há muito tempo, venho tentando com o Governo do Distrito Federal, com a Secretaria de Saúde – V.Exa., Deputado Joe Valle, é testemunha –, que seja resolvida a situação da pediatria do Hospital Regional de Planaltina, caro Deputado Wasny de Roure. As minhas ações postadas na minha rede social remontam a mais de dois anos. Fizemos essa pesquisa de pedidos para se resolver a situação da pediatria do Hospital de Planaltina.

Ainda no início do ano, conseguimos uma audiência com o Governador Rodrigo Rollemberg, com o Secretário de Saúde e com o Conselho de Saúde de Planaltina, e foi assegurado que a solução viria através de um concurso temporário de pediatras. Não veio. Não houve gestão. Não houve dedicação, na minha opinião, para resolver esse problema.

Resumo da ópera, Deputado Wasny de Roure: estou aqui com o relatório de indicadores de mortalidade da Região Norte, Deputada Telma Rufino. Para vocês terem ideia, a média nacional de mortalidade infantil – a nacional, Deputado Wasny de Roure – antes de 1 ano, no Brasil, é de 13,82. Isso envolve regiões com dificuldade de acesso a bens de saúde, como a Região Norte e a Região Nordeste. A falta de pediatras no Hospital Regional de Planaltina elevou, para este ano, a taxa de mortalidade para 15,2%, Deputado Joe Valle. Isso está acima da média nacional. É a maior média do Distrito Federal, por total ausência de preocupação do Estado com esse tema, porque estamos alertando sobre isso há muito tempo. Há muito tempo que trazemos esse tema. Inclusive, podemos procurar nos Anais da Casa o meu discurso, pois debatemos isso há muito tempo aqui.

Resumo da ópera: não se resolveu. No ano passado, morreram trinta e poucas crianças no ano inteiro, na Regional de Planaltina. Nós estamos no meio de agosto, e esse número já está praticamente batido.

Essa angústia, essa dor que vem em todas as mães, que vem na população de Planaltina, fez com que a comunidade, o movimento comunitário, capitaneado pelo Conselho Tutelar e pelo Conselho de Saúde... Vejam bem, isso não é uma ação de um parlamentar, isso não é uma ação de um partido político, isso é uma ação da própria comunidade. Essa ação resultou em um movimento de reivindicação, Deputado Wasny

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

de Roure, que tomou as ruas de Planaltina no último final de semana, passando, inclusive, ao lado do desfile cívico que acontecia na cidade, domingo passado. Uma manifestação firme, que foi até a porta do hospital e colocou cruzeiros e caixões, lembrando a morte dessas crianças que não tiveram oportunidade de usufruir da vida.

E falo que não tiveram oportunidade porque esse relatório também indica que a taxa de evitabilidade deste ano, que é a porcentagem de mortes que pode ser evitada, Deputado Wasny de Roure, foi de 92, só superada pela de 2013. Então, é muito grave, e isso está acontecendo lá em Planaltina.

Inclusive, durante o desfile... Quero aqui marcar o meu agradecimento e o meu respeito honrado aos professores e alunos do Centro Educacional 1, que, mesmo cumprindo a sua função cívica de desfilar, vestiram-se de preto, manifestaram-se e depois, junto com a comunidade – volto a dizer que esse é um movimento da comunidade –, foram até o hospital fazer essa justa reivindicação.

Quero aqui, inclusive, parabenizar todos desse Centro Educacional 1, o conhecido Centrão, na figura da professora Nédima Gonçalves. E peço a atenção da Casa – o Deputado Rafael Prudente também esteve lá –, para que esses professores, alunos e direção não sofram qualquer tipo de represália, porque eles estavam ali em uma decisão dos alunos e da vocação natural da escola.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, quero cumprimentar V.Exa. pela sensibilidade de fazer a defesa da comunidade da qual é oriundo.

Realmente estava na minha agenda, mas eu tinha um compromisso na cidade de Samambaia com o Condomínio Metropolitan, que está regularizando a sua situação funcional. Mas eu acompanho o Centrão, o Centro de Ensino Médio 1 de Planaltina, com a Professora Nédima, que é diretora, onde, aliás, houve aquele episódio da descarga elétrica que quase matou um jovem. Essa professora é uma guerreira, reeleita em uma escola com mais de 2.700 alunos e que manifestou algo absolutamente solidário. Tenho certeza absoluta de que essa cidade de Planaltina há de honrar os seus filhos exatamente no momento em que ela mais precisa. Que a linguagem de símbolos, de palavras, que a linguagem da indignação não cale no meio do povo. E eles tiveram essa postura, esse compromisso, e consequentemente, hoje, sofrem ameaças.

Acho que é muito mais um equívoco, acho que é um deslize ou uma falta de percepção, mas entendo que esse momento é extremamente grave com o que está acontecendo. Não é apenas a Pediatria de Planaltina, Deputado Cláudio Abrantes, é com relação à Sala Vermelha do Guarará, é com relação à Pediatria do Gama, é com

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

relação a Santa Maria. V.Exa. sabe o que aconteceu? Um notificação de fechamento que foi colocada no Hospital do Paranoá. Eu a recebi hoje, Deputado Joe Valle. Então, o quadro é extremamente grave. Nunca aconteceu aquilo que nós comentávamos na semana passada, de o Conselho de Saúde do Distrito Federal ter que recorrer ao Ministério Público para retomar os serviços que vêm sendo suprimidos. Isso é que é extremamente grave! São serviços que estão sendo suprimidos para a população que mais depende deles.

Portanto, Deputado Cláudio Abrantes, muita força! Conte conosco! Vamos à luta e não vamos nos conformar com esse quadro e achar que é isso mesmo que tem que acontecer! Não vou aceitar e vamos à luta! Conte comigo!

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V. Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento. Eu estava lá no desfile. Foi um desfile bonito. Houve uma manifestação que foi aplaudida por toda a comunidade que estava assistindo, pacífica.

Nós temos a responsabilidade – e tenho cobrado isto do Secretário de Saúde – de repor o quadro de Pediatria de Planaltina. Existem esforços, mas que esbarram geralmente em problemas formais, de legislação. Os contratos temporários exigem algumas normas, e o secretário, se fizer o contrário, vai responder a uma ação de improbidade administrativa. Então, existe uma série de dificuldades.

Agora, a verdade tem que ser dita: nós contratamos treze mil pessoas no governo anterior e pegamos... Esta Câmara mesmo... O Deputado Wasny de Roure está aqui reclamando, mas nós aqui reduzimos a carga horária do pessoal da Saúde de 40 para 20 horas semanais. Então, é claro que isso não tem como funcionar.

A verdade tem que ser dita. Nós aprovamos! Então, faz-se um grande esforço para se repor a mão de obra da saúde e, depois, aprovam uma lei reduzindo a carga horária de 40 para 20 horas semanais somente. Como é que isso vai funcionar, se se aumenta a despesa e se diminui a carga horária? Ora, vai ficar pior, porque a demanda é crescente, a população é crescente. Nós praticamente dobramos a população em dezessete anos, e serviço público nenhum, em condições normais, acompanha esse ritmo. Pode ser o Governador Rollemberg, pode ser um marciano, pode ser um de Júpiter. Quem quiser que sente aí. Não tem condição de acompanhar.

O que se pode fazer é criar mecanismos de gestão. Não se pode mais voltar atrás desse problema de carga horária. Mas aqui para nós, todos os problemas de saúde existentes hoje foram gerados no passado. Por uma questão de ser verdadeiro, é bom dizer.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017		15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	17	

A mesma coisa no transporte. Todo mundo criticando o transporte, sendo que a licitação foi feita no governo anterior; todo mundo criticando a área de saúde sabendo que fomos nós, junto com o governo anterior, que dividimos a carga horária dos servidores pela metade.

Pelo menos uma coisa tem que ser dita: hoje mesmo foram anunciados cento e sessenta e poucos contratados para a área de saúde. O governo tem feito um grande esforço para tentar sanear. Nós precisamos de 22, 26, 30 pediatras em Planaltina. Uma hora vai chegar, mas, enquanto isso, vamos sofrer, Deputado Cláudio Abrantes. V.Exa. está no seu papel de reverberar e divulgar, e a população tem toda a motivação para fazer isso. Mas, por uma questão de justiça e de ser verdadeiro, tem que ser dito aqui o que aconteceu: os problemas que o Governador Rodrigo Rollemberg enfrenta hoje na saúde foram gestados no governo anterior com a complacência desta Casa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

O fato, para todos nós aqui, é que não podemos nos excluir desse debate. Nisso eu concordo com V.Exa. Temos de trabalhar, a Câmara Legislativa toda, para que o assunto seja resolvido. Nós não podemos ficar olhando para o retrovisor e só ficar pensando: “Ah, foi feito isso”. Eu concordo com V.Exa. na análise do fato, mas temos uma situação prática e precisamos dar uma resposta para a sociedade.

Amanhã haverá uma reunião com o MP. O MP está entrando nesse circuito com o Promotor Jairo Bisol e o próprio Ministério Público de Planaltina. Inclusive, eu clamo aqui ao Deputado Ricardo Vale, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, que também acione isso, porque lá está acontecendo evidentemente um infanticídio. É isso que está acontecendo. Temos os argumentos, as diferenças do que aconteceu, do que não aconteceu, mas temos esse problema.

O contrato temporário já foi feito uma vez, as questões burocráticas foram superadas. Mas houve uma falha de planejamento no que foi colocado para os pediatras; tanto que os pediatras que foram para o Gama desistiram; de 22 ficaram 2. Por quê? Foi passado para o pediatra contratado que ele atenderia x por semana e, quando ele foi atender, ele atendeu 10x, porque a demanda é estrondosa.

Nós não podemos nos sentar, Deputado Prof. Israel, e ficar discutindo de quem é a culpa. Hoje, a gestão da saúde está nas mãos do Secretário de Saúde. É ele que é pago para fazer isso, a responsabilidade está sobre ele. Quando assumiu, ele sabia que tinha toda essa problemática. E assumiu, topou. Beleza! Veio aqui, nós cumprimentamos, desejamos sorte, mas ele, efetivamente, tem que resolver o problema. Não podemos ficar: “Eu não faço porque lá atrás aumentou isso, aumentou aquilo, fez isso, não tem dinheiro”. Olha, o orçamento da saúde é o maior que existe no Distrito Federal. É o maior, Deputado Prof. Reginaldo Veras. E nós não podemos, em hipótese nenhuma, não temos condição, Deputado Joe Valle, Deputada Telma Rufino, Deputada Celina Leão, de chegar para a população e dizer para eles: “Olha,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

esse relatório aqui está acontecendo porque aconteceu isso e isso no passado". Nós temos que sair dessa batida, desse samba de uma nota só, de culpar tudo, dizer que as coisas não acontecem por causa do passado. A população não está aguentando mais, está cansada.

Eu mesmo, volto a dizer, tenho batido nesse tema, comentado esse tema, agido há dois anos, Deputado Chico Vigilante, e tenho certeza de que esse problema não existe só na pediatria de Planaltina. Existe na Ceilândia de V.Exa., da Deputada Luzia de Paula, e isso é grave. A Câmara Legislativa está sendo chamada a se posicionar, sim! E é por isso que, no dia 29 deste mês, Deputado Ricardo Vale – convido inclusive V.Exa., como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar – vamos fazer uma audiência pública em Planaltina. Eu espero que não seja, Deputado Joe Valle, Presidente desta Casa, como outras audiências públicas, em que, por ser um Deputado de Oposição quem as organiza, Deputado Chico Vigilante, o Governo do Distrito Federal não mande uma pessoa que possa responder sobre o tema. Eu espero, sinceramente, que isso não se repita.

Da mesma forma como lutamos para convocar agentes da área habitacional, não irei me furtar em nada para convocar o Secretário de Saúde, ou quem for, para prestar esclarecimentos nesta Casa. Eu espero que na audiência pública – se quiserem entender isso como um recado, que entendam, ele está dado – do dia 29, a Secretaria de Saúde esteja presente com soluções, com encaminhamentos ou com alguma coisa, por algum motivo ou de alguma forma, que amenize a dor daquela população inteira.

Então, a Câmara Legislativa está se fazendo presente no dia 29 de agosto, em Planaltina. Vamos divulgar o local aqui. Uma audiência pública para discutir a questão da pediatria do Hospital Regional de Planaltina.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Eu gostaria de conceder a palavra, no Comunicado de Líderes, ao Deputado Delmasso, pela Liderança do Podemos, por 5 minutos. Depois, encerrarei os Comunicados de Líderes.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, membros da imprensa, demais assessores, venho a esta tribuna hoje trazer um assunto, na minha avaliação, de extrema relevância para o Distrito Federal.

Os últimos números publicados pela CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal, que envolvem a criminalidade na Capital da República, demonstram que, em sua maioria, esses crimes têm sido executados por jovens entre 16 e 24 anos de idade.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Deputada Luzia de Paula, V.Exa., que tem um trabalho efetivo na questão da criança e do adolescente, me levantou a preocupação de o porquê de a nossa juventude ter ido buscar “soluções”, muitas vezes, da sua vida na criminalidade.

Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa., que é da Polícia Civil, segundo dados publicados pela própria Codeplan, 49% dos crimes praticados no Distrito Federal, Deputado Lira, são cometidos por jovens entre 16 e 24 anos.

Quando nós fomos fazer uma análise socioeconômica dos jovens que praticam esses crimes, na sua grande maioria, eles são jovens que vêm de famílias desestruturadas. Muitos deles tiveram pais que os abandonaram, ou passaram por um trauma muito forte na questão da separação dos pais. E muitas vezes, Deputada Liliane Roriz, não conseguiram encontrar nas suas vidas, dos 16 aos 24 anos, uma referência, uma liderança. Isso só me leva a concluir que enquanto o Estado brasileiro não entender que o fortalecimento da família – e aqui não estou entrando em conceito, mas na principal base, na célula mater de qualquer sociedade –, enquanto os valores e os princípios da família não forem prioridades, nós estaremos vendo a nossa juventude indo, infelizmente, para a criminalidade ou, muitas vezes, Deputado Cláudio Abrantes, para a morte.

Portanto, eu quero aqui levantar esta questão: o Estado brasileiro – eu digo os governadores, o Presidente da República, deputados estaduais, deputados federais – deve colocar a família como o centro de execução das políticas públicas. A família deve ser o centro da execução dessas políticas, como acontece, Deputado Prof. Reginaldo Veras, na Espanha.

O governo espanhol, recentemente, criou um ministério, Deputado Joe Valle, voltado somente para as políticas públicas de valorização da família, no qual o Estado consegue entrar na família, consegue empoderar o pai, empoderar a mãe, colocar um filho numa sala de aula, colocar um jovem que, muitas vezes, sai do ensino médio e não sabe o que vai fazer.

Quantos jovens nós temos no Distrito Federal, Deputado Joe Valle? São 28% dos nossos jovens que se enquadram no que nós chamamos nem-nem – nem estudam, nem trabalham. Na minha avaliação, é um absurdo a Capital da República ter esse índice tão elevado. E nós precisamos, sim, olhar para que as políticas de execução possam não só incluir essa juventude, mas, acima de tudo, colocar a família como a principal ponte de execução de políticas públicas e de investimentos.

Nós temos no governo, Deputado Cláudio Abrantes, um programa chamado Famílias Fortes, que envolve a execução de várias secretarias, mas infelizmente esse programa, que está no Plano Plurianual do governo, não tem conseguido atingir o seu objetivo, que é, Deputado Ricardo Vale, nobre Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, o fortalecimento das famílias no Distrito Federal. E aqui eu não estou fazendo um debate ideológico. É só nós irmos e olharmos a realidade. Se nós andarmos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

nas cidades do Distrito Federal, entrarmos nas casas, veremos que as famílias têm sido destruídas. E o fruto da destruição dessas famílias tem sido a delinquência juvenil.

Nós não podemos aceitar esse tipo de situação. Por isso, destinei emendas parlamentares para financiamento de programas e projetos que valorizem a criança e o adolescente, aqueles que foram alijados, muitas vezes, do processo educacional, que sofreram abuso sexual ou, até mesmo, que foram abandonados pelos seus pais.

Por isso, eu conclamo esta Casa, eu conclamo o Distrito Federal para nós termos uma política de valorização da família exemplar para a nação, porque eu não acredito numa nação forte que tenha famílias fracas.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo a V.Exa., que é o Presidente desta Casa. É algo muito comum. Todos os Deputados fazem isso. Se não todos, praticamente todos. Quando vamos à tribuna, a nossa assessoria de imprensa vem e fica posicionada aqui na frente filmando, fazendo transmissão ao vivo. Acabou de acontecer aqui com o Deputado Delmasso. Quase a totalidade dos Deputados fazem isso.

O que acontece? Geralmente, a nossa assessoria de imprensa é repreendida porque não pode ficar aqui, não pode ficar filmando. Nós hoje colocamos um tripé e logo chamaram a atenção para que a assessora não precisasse ficar aqui. Colocamos um tripé, e o tripé também não pode. Então, eu queria pedir que a gente disciplinasse isso, Deputada Celina Leão. Nós já não temos a TV Legislativa. A maneira que a gente tem de se comunicar com a sociedade é pelas redes sociais. E é nessa transmissão ao vivo que a gente faz. É do próprio celular, Deputado Julio Cesar. Então, que a gente faça um esforço.

Eu penso que não atrapalha, mas a gente também não está aqui para crucificar ninguém. Mas que a gente discipline isso para que os Deputados possam também se relacionar com as redes sociais sem atrapalhar o andamento da Casa. Que seja uma coisa disciplinada para que a gente não passe por nenhum tipo de constrangimento ou dissabor aqui na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Cláudio Abrantes. Isso já é disciplinado. A gente pode mudar a disciplina. Por isso, foi feita essa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

colocação. Já existe um processo, uma regra. A gente pode mudar a regra sem problema nenhum. Agora, sobre a TV Legislativa, fique tranquilo que, a partir da segunda quinzena de setembro, V.Exa. vai falar para 10 mil pessoas ao mesmo tempo.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, serei bem breve. Alguns Parlamentares aqui presentes acabaram tendo acesso agora, com o advento da tecnologia, a um vídeo feito pelo nobre Deputado Chico Vigilante em que ele acusava o Segundo Secretário e a Segunda Secretaria – sobre um projeto básico que nem está concluído na Casa ainda – de acabar com 32 empregos dos vigilantes aqui desta Casa.

Eu não vou dar nem muita margem a diálogo, porque todos já conhecem o estilo do Deputado Chico Vigilante – um estilo autoritário, um estilo de truculência. Eu o conheço desde a época em que eu tinha uns quinze anos de idade, no próprio sindicato patronal. Eu assistia, naquela época, às atrocidades em relação a essa questão de truculência.

O que quero dizer aqui a todos – não ao Deputado Chico Vigilante, pois ele não merece nem a minha atenção em relação a isso, apenas o respeito, por ele estar passando por problemas de saúde, como ser humano apenas – é que isso é uma inverdade.

Acato o pedido de V.Exa. de não colocar o vídeo. Foi uma forma que saltou aos olhos. Por isso, acabei de assinar um memorando ao gabinete do Deputado Chico Vigilante para que S.Exa. apresente o documento que aparece na foto inicial.

Na sua gestão como Terceiro Secretário, foi criado o novo *layout* da Câmara. Agora, a gente tem aquelas duas imagens no início dos documentos. O documento que ele apresentou não tem as duas imagens. Então, eu não sei se é blefe o que ele vem fazer.

O processo, ele existe. A Casa hoje tem uma insuficiência em termos de controle de vigilância. Todos nós sabemos que até as catracas, em gestões passadas, nunca foram implementadas. Então, a gente está fazendo um esforço muito grande no sentido de melhorar o serviço aqui desta Casa. A ideia – eu não precisaria nem estar explicando isso aqui – é tirar os vigilantes da recepção e colocá-los em rondas nesta Casa, até em apoio, que é o que falta, porque nós temos também um problema muito sério de efetivo de servidores da Polícia Legislativa, que acabam, às vezes, fazendo atividades do vigilante, como a patrimonial e – muitos não sabem – a de manter a incolumidade física das pessoas.

Sr. Presidente, desejo explicar a esse Parlamentar também que nossa gestão é austera. É uma gestão que busca economia. Só na TV Distrital, nós, em orçamento,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

temos ainda 8,5 milhões de reais; e nós fechamos o processo licitatório a 720 mil reais. V.Exa. também ouviu a Segunda Secretaria sobre a TV Web, mas não é aquela TV parada. Muito pelo contrário, é uma TV em que haverá os programas.

Nós estamos fazendo também um convênio porque a DAF – Diretoria de Administração e Finanças – desta Casa teve a oportunidade de estar cedida à EBC – Empresa Brasil de Comunicação – no governo passado. Nós estamos fechando um convênio, em breve, com a EBC – não sabemos, mas, se houver um custo, vai ser um custo mínimo entre Erário da União e o Erário local do Poder Legislativo –, e colocando também a antena para que saia o nosso canal de televisão.

Então, a esse discurso de retórica vagabunda e covarde do Deputado Chico Vigilante eu nem vou mais dar trela, porque as pessoas me conhecem e sabem que eu não nasci na década de 70. Naquela época, nós tínhamos uma pujança de atividade econômica e industrial e criavam-se os empregos. Podia-se fazer essa balela que o PT faz até hoje, os partidos de esquerda. Digo isso com todo o respeito aos colegas. Tenho muitos amigos nesses partidos. Nós vivemos um momento de crise, e essa retórica de que patrão é inimigo de empregado não cola mais. Não existe mais isso, e não é com essa forma pejorativa que a Câmara vai buscar uma ressignificação, uma melhora de imagem porque serão criados doze novos empregos em terceirização, porque a Casa precisa. Nós não temos um jardineiro para cuidar dos jardins da Casa e também vamos colocar um jardineiro com 44 horas semanais. Será feita uma licitação, e o processo já está bem encaminhado.

Nós fizemos um primeiro semestre de amadurecimento de diversos projetos da reforma do plenário. Muitos aqui não sabem e acham até que já é uma utopia. Não é uma utopia. O processo estava parado na Novacap, Administração de Brasília. Nós também diminuimos o custo dos mastros da bandeira, que seria de 210 mil reais. Nós contrataremos por aproximadamente 90 mil reais. E também diversos outros, como a questão da troca das cadeiras, que se iniciou na gestão passada, mas não adiantava também uma nova gestão chegar e revogar ou anular os procedimentos com muitos Parlamentares aqui com problema de coluna e servidores trazendo cadeiras de suas residências. Eu acho que isso aqui é um bem público, é um monumento público e merece ser conservado.

E não haverá, Deputado Joe Valle, da parte da Segunda Secretaria, nenhum ato sequer que envolva desemprego de terceirizado ou de quem quer que seja. Não haverá nenhum ato de nossa parte. Também não seremos irresponsáveis, Deputado Wellington Luiz, no sentido de aumentar gastos e custos do nosso orçamento. Nós estamos economizando em áreas como informática, TV Distrital e em diversas outras áreas para que possamos, sim, gerar emprego e renda e calar a boca do Deputado Chico Vigilante. Muito obrigado. (Apupos na galeria.)

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros. Eu tinha pedido que a gente evitasse os confrontos aqui nesta Casa. Nós vamos manter uma conversa, mas saí e, quando cheguei, o Deputado já estava se manifestando. A ideia, Deputado Chico Vigilante, Deputado Robério Negreiros, é chegar a um entendimento sem que haja prejuízo nem para Casa, nem para a imagem dos Parlamentares. Acho que essa não é a intenção. Esta Casa já tem problemas demais. Eu acho que a intenção é a gente evitar o conflito. Agradeço a compreensão do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Robério Negreiros, para que a gente possa produzir bons frutos. Eu acho que é disso que a Casa precisa neste momento.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o vídeo que o Deputado Chico Vigilante fez está sendo pago pela verba indenizatória. Ele pode fazer os vídeos. Ele até não postou no *Facebook*, mas mandou nos grupos de vigilantes, do sindicato dele, e isso está sendo pago pela verba indenizatória, falando da instituição que paga o vídeo dele. Isso também é algo que salta aos olhos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, eu vou insistir. Já falei com o Presidente Deputado Joe Valle, com o Deputado Robério Negreiros e o Deputado Chico Vigilante. Gostaria que a gente particularizasse essa discussão e daqui a pouco a gente conversasse. Já tinha falado isso com o Deputado Chico Vigilante. No entanto, agora, eu tenho que dar a palavra a S.Exa.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu protocolei agora uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica e peço a V.Exa. que, logo após o pronunciamento do Deputado Chico Vigilante, faça a leitura da proposta. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Delmasso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu entendo que a Câmara Legislativa é um colegiado. Quem dirige a Câmara Legislativa é uma mesa composta de cinco pessoas. Não é esse ou aquele Deputado que manda na Câmara Legislativa. Ela tem um presidente, um vice-presidente, que é V.Exa., e os secretários. Antes de falar qualquer coisa, eu perguntei a V.Exa. se sabia desse projeto. Perguntei ao Deputado Joe Valle, junto com V.Exa. se sabia desse

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	24	

projeto. O projeto está lá para contratar 32 recepcionistas no lugar dos vigilantes. Vem aqui dizer que não é? É só olhar o projeto. Inclusive, para o dia de sábado, quando não vem ninguém aqui na Câmara Legislativa, vão contratar porque está no projeto. Portanto, não venha aqui me chamar de mentiroso, nem querer afrontar, porque com afronta eu não tenho medo de ninguém. Eu defendo o interesse dos trabalhadores e vou continuar defendendo.

Deputado Wellington Luiz, V.Exa. é testemunha de que, em uma legislatura passada, tentaram demitir esses vigilantes e essas vigilantes para colocar outros indicados por Deputado. V.Exa. e eu dissemos que não seriam demitidos. Não sei quem os indicou, mas estão aí prestando um bom serviço. Portanto, esse é o meu papel, e vou continuar desenvolvendo o meu papel aqui na Câmara Legislativa.

Nunca fui preso por nada, todas as insinuações que fizeram contra mim, quem fez teve que responder na Justiça. Tenho ficha limpa e vou continuar na defesa dos trabalhadores. (Palmas.)

Não vou perder muito tempo com isso, porque estou mais preocupado, Deputado Wellington Luiz, é com o despacho que eu vi agora, no *CB Poder*, de uma proposta do Governo do Distrito Federal de parcelar salário de quem ganha acima de 7.500 reais líquido. Isso é inaceitável!

Portanto, está na hora de o Governo do Distrito Federal discutir com seriedade essa suposta quebra do Distrito Federal, porque os trabalhadores não podem pagar o preço. Não é vender a CEB e a Caesb nem nenhuma empresa que vai resolver o problema do Distrito Federal. (Palmas.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Eu acho que a gente não tem que ficar mais debatendo. Deputado Chico Vigilante trouxe uma plateia, uma plateia muito grande, porque vai haver uma audiência pública, de que V.Exa. é signatário juntamente com a Deputada Celina Leão, e S.Exa., inclusive, por se achar dono de uma categoria – eu acho que é o desespero de que 2018 se avizinha –, está querendo esvaziar essa audiência que foi proposta por dois competentes Parlamentares, insinuando que V.Exas. discutiriam data-base, CCT – Convenção Coletiva de Trabalho. Chegou ao cúmulo, porque não tem absolutamente nada que envolva isso, são outros assuntos: redução de efetivo, a morte daquele vigilante onde antes havia dois vigilantes, e o atual governo diminuiu o efetivo.

Então, ele se coloca nesses grupos. Eu acho que ele também não tem o que fazer no final de semana e passa o dia inteiro mandando áudio em grupos de *WhatsApp*, com aquela mesma historinha e acha que está abafando, mas não está abafando. Está abafando com o sindicato, que é um sindicato do estilo Kadafi – desde

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

1970, são as mesmas pessoas. E ainda traz uns gatos pingados para cá, pagando marmitta.

(Apupos na galeria.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Ele tem que se debruçar sobre o desvio de um milhão e meio que o Ministério Público está apurando, e que já saiu no *DF-TV*, referente ao plano de saúde com notas que foram canceladas. Todas as notas foram canceladas, e o sindicato recebeu esse repasse. Ali vai dar problema.

E sobre essa questão de ficha limpa também, nunca furtei energia elétrica, porque, naquela época, não havia os órgãos de controle que existem hoje, e todas as investigações que tive na minha vida tiveram o condão de mostrar que não houve nenhum tipo de ilicitude.

Então, não me venha com chorumelas, não tenho medo de V.Exa., nem de quando comia pão de queijo lá no sindicato e saía todo posudo. Não tenho medo de V.Exa. V.Exa. já está nos finalmentes, V.Exa. tem que se aposentar. V.Exa. é a velha política de sindicato pelego.

(Assume a Presidência Deputado Joe Valle.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela experiência, pelo tempo vivido, pelo respeito que tenho à população do Distrito Federal, não vou ficar aqui batendo boca com esse tipo de gente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Quero agradecer V.Exas. nesse sentido. Que possamos passar à nossa votação. Temos vários vetos a serem examinados.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos 24 Parlamentares, metade do tempo foi ocupado por dois. Gostaria que V.Exa. desse continuidade aos Comunicados de Parlamentares, como manda nosso Regimento, antes da votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente. Estamos nos Comunicados de Parlamentares, gostaria de lembrar isso.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2015, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Julio Cesar, vou acatar a sua solicitação e colocar na Ordem do Dia, mas não faremos a votação hoje. Vou enviar o processo ao Colégio de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria hoje de informar que a Procuradoria Especial da Mulher da Casa está na Rodoviária do Plano Piloto, quero agradecer muito o apoio e o empenho dessa Mesa Diretora.

Nós produzimos, com a ajuda desta Casa Legislativa, um material muito importante, a Lei Maria da Penha está fazendo onze anos. Ontem, firmamos um convênio com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público e com a DEAM – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher. Hoje, pela manhã, já estávamos na Rodoviária com todo esse material e com esses parceiros.

Deputado Joe Valle, o que nos preocupa muito – e pasme, Deputado Ricardo Vale, V.Exa. como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar – é que saiu uma pesquisa agora que fala que 50% dos agressores contra as mulheres acreditam que eles não estavam fazendo nada de errado. Ou seja, não se tem a consciência de que violentar uma mulher, seja psicologicamente, seja fisicamente, é uma violência contra a mulher.

Então, isso é um índice gravíssimo, esta Casa tem que debater isso, este tem que ser um tema transversal tratado dentro das escolas públicas do Distrito Federal, nós podemos legislar sobre isso, nós temos que discutir isso, é algo grave. Nós temos onze anos de Lei Maria da Penha, mas nós não temos muito o que comemorar, nós precisamos combater essa violência.

Eu quero agradecer às nossas Vice-Procuradoras da Mulher desta Casa, a Deputada Luzia de Paula e a Deputada Telma Rufino, nós não fazemos absolutamente nada sozinhas na Procuradoria da Mulher. Nós vamos ter várias palestras, levando esse material às regiões administrativas. Queria convidar em especial a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, que também trata dessa transversalidade, do tema da mulher, do tema da questão de gênero. Deputado Ricardo Vale, V.Exa. está convidado para ir conosco, com a Procuradoria da Mulher, entregar essa material que foi produzido por esta Casa Legislativa. Esse projeto vai se dar agora nas cidades com o apoio do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Deam.

Eu trouxe a este plenário, na semana retrasada, também que a Deam está fazendo um treinamento com as líderes comunitárias, a Delegada Sandra já se colocou

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	27	

à disposição de quem quiser encaminhar mulheres para serem treinadas contra a violência doméstica, elas podem ir fazer esse treinamento junto com a Deam. Isso deixou a possibilidade de a Câmara Legislativa e de os Parlamentares também enviarem nomes de pessoas que queiram se capacitar, de mulheres que precisam e que querem ser capacitadas no projeto das mulheres.

Sr. Presidente, queria informar aos Deputados também que nós apresentamos um projeto de resolução, Deputada Luzia de Paula, e vamos ter um dia do Parlamento com 24 mulheres. Todos os Deputados vão apadrinhar uma mulher para que essa mulher tenha um dia, quando vamos discutir o Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres. Depois desses quatro grandes encontros que a Câmara Legislativa vai fazer institucionalmente, vamos discutir isso, já temos as mulheres que são Deputadas, que vão participar junto com essas outras mulheres, as assessorias de V.Exas. vão ajudar outras mulheres que vão ter um dia de Parlamento aqui, discutindo, trazendo emendas, para que possamos realmente fazer com que a política pública seja formulada e discutida por elas. Vamos fomentar também que mais mulheres precisam de participar da política.

Então, Sr. Presidente, é com muita alegria que estamos à frente da Procuradoria da Mulher, estamos também recebendo muitos convites para levar essas palestras, a gente até gostaria de ter um pouco mais de material, já aproveito para lhe pedir isso, Sr. Presidente, porque o material já é pouco, então a gente já lhe pede mais.

Sr. Presidente, eu gostaria também de esclarecer algo sobre a fala do Deputado Robério Negreiros e do Deputado Chico Vigilante, dois Deputados por quem eu tenho respeito e admiração. O Deputado Wellington Luiz propôs uma audiência pública, eu fui signatária dela. Aqui ninguém está caçando as bruxas, nós não queremos discutir assuntos internos dos sindicatos, isso tem que ser discutido lá dentro. O que a gente quer discutir aqui é atraso de salários, são as coisas que o GDF tem feito contra os vigilantes. Eu acho que é isso.

Mandamos ofício – eu acredito que o Deputado Wellington Luiz deve ter mandando o ofício – para que todos participem, inclusive para que o sindicato esteja na Mesa também, discutindo isso conosco.

Deputado Joe Valle, eu acho que é importante que esta Casa discuta isso, inclusive nós temos um Deputado da categoria, que é o Deputado Chico Vigilante, que deve estar presente aqui também conosco, nessa iniciativa do Deputado Wellington Luiz, para discutirmos isso, porque nós fomos procurados por vários vigilantes que estavam com atraso e sem previsão de pagamento.

Sr. Presidente, eu acho que é importante a gente colocar isso nesta tarde de hoje. Quero agradecer também principalmente ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que fez essa semana pela paz. É uma iniciativa da Ministra

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	28	

Carmen Lúcia, que, como mulher, teve a sensibilidade de fazer isso e tomou isso como realmente o projeto principal do STF – Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, quero agradecer aos homens. É engraçado, Deputado Joe Valle, como o homem acha que ele não é responsável por essa política pública. Hoje eu estava na Rodoviária, Deputado Wasny de Roure, e quando eu ia entregar o panfleto para o homem, ele falava assim: "Eu não bato em mulher, não!" E eu falava assim: "Mas você não precisa bater em mulher ou violentar uma mulher para você receber esse panfleto, para você divulgar contra a violência doméstica". E somente 10% da Lei Maria da Penha, Deputado Wasny de Roure, é punitiva; 90% da Lei Maria da Penha é de prevenção, de acolhimento.

Então, a gente entende que só com essa interatividade, Sr. Presidente, entre vários entes, seja o Poder Executivo, seja a Câmara Legislativa, seja o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, só unidos é que nós vamos conseguir o índice de violência contra as mulheres.

Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputada Celina Leão.

Eu queria dizer aqui que graças ao esforço de servidores desta Casa, especialmente a Margareth, é que essa cartilha pôde ser rodada, e nós estamos trabalhando para que isso aconteça mais.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a pretexto da fala da Deputada Celina Leão, eu queria só dizer, Deputada, se me permite, que a audiência tem que incluir também, além dos vigilantes, a questão do pessoal da limpeza, que tem problema semelhante – o Deputado Chico Vigilante acompanha bem essa pauta.

Sr. Presidente, eu quero pedir que V.Exa. que inclua nos Anais desta Casa o artigo da *Folha de S. Paulo* intitulado "Barbárie em grupo", sobre a temática de estupro coletivo – há uma média de dez estupros coletivos por dia, que fazem parte da estatística do Ministério da Saúde. É algo extremamente elevado, e nós precisamos corrigir esse viés muito ruim do nosso País, que cabe a nós, inclusive, aqui do Distrito Federal.

Também quero pedir a inclusão desse belo artigo esclarecedor do Bernardo Franco, que é um articulista da *Folha de S. Paulo*, o editorial "O desimpedido", que trata desse fenômeno de relações de parentesco e julgamento recentemente ocorrido no Supremo Tribunal Federal por parte do Ministro Gilmar Mendes. Isso está sendo bastante aprofundado e debatido, isso expõe a instituição, e o que mais nos deixa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 08 2017		15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

incomodados é a omissão dos demais ministros. Eu estou pedindo que V.Exa. coloque nos Anais desta Casa esse desconfortável e revelador artigo do Bernardo Franco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado. Acato a solicitação do Deputado Wasny de Roure. Solicito que nós possamos fazer esse trabalho. Peço ao Marcelinho que faça a inclusão. Nós vamos trabalhar na construção de uma moção nesse sentido, que é o que fala o Regimento.

(Seguem os documentos a que se refere o Deputado Wasny de Roure em seu pronunciamento.)

Barbárie em grupo

Dobram as notificações de estupro coletivo no país; são pelo menos dez a cada dia, indica levantamento com dados do Ministério da Saúde

Se o estupro é um crime típico do homem covarde, praticado de forma coletiva ele desce ao grau mais abjeto de selvageria. Para vergonha nacional, vêm agora à tona dados sobre sua escandalosa prevalência no Brasil.

São pelo menos dez por dia, e provavelmente muito mais, revela reportagem publicada neste domingo (20) pela **Folha**.

As estatísticas policiais não discriminam os casos em que essa violência contra a mulher é praticada por um só autor ou vários. Desde 2011, os dados se tornaram de notificação compulsória por serviços de saúde, que enviam detalhes para o Ministério da Saúde.

As ocorrências ficam armazenadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). A análise empreendida por este jornal sobre os números inéditos revelou que os estupros coletivos notificados saltaram de 1.570, em 2011, para 3.526, em 2016.

O total anual de notificações, tanto de casos praticados por indivíduos isolados quanto os de grupo, monta a 22.804 (2016). A modalidade coletiva, portanto, representa pouco mais de 15% dos ataques conhecidos — e mais que dobrou no intervalo considerado.

Só isso já bastaria para desenca-

dear uma onda de repulsa, mas há que considerar ainda a notória propensão das vítimas a não denunciar tais delitos e a evitar o atendimento médico. Estima-se que apenas um décimo dos casos termine em registros policiais.

Mesmo que a subnotificação seja menor nas estatísticas obtidas do Sinan, parece evidente que elas não abarcam todo o universo de agressões sexuais contra mulheres.

Também é possível que a repercussão de casos chocantes nos últimos anos (como o vídeo da menina estuprada no Rio de Janeiro que circulou em maio) tenha contribuído para aumentar notificações. Ainda assim, os números não soam menos acabrunhantes.

Há mais: 40% das vítimas dos estupros coletivos são crianças. O restante se reparte em 24% de adolescentes e 36% de adultas.

Um país que já fantasiou tornar-se uma Bélgica se descobre de novo mais próximo da Índia. Lá como cá, medra no cotidiano social, ao menos entre alguns grupos de jovens e adultos embrutecidos, uma cultura machista de desprezo pela dignidade e pelo corpo da mulher.

Na Índia, há cinco anos, a história tenebrosa de uma mulher atacada por vários homens num ônibus e atirada do veículo, que depois morreu em consequência dos ferimentos, desencadeou uma forte reação da opinião pública. As notificações saltaram de 25 mil por ano para mais de 36 mil, em 2014.

Nós somos a Índia, hoje. O que faremos diante disso?

BERNARDO MELLO FRANCO

O desimpedido

BRASÍLIA - O ministro Gilmar Mendes bateu um recorde particular. Ele levou 24 horas para conceder dois habeas corpus ao mesmo réu. O felizardo foi Jacob Barata Filho, acusado de chefiar a máfia dos ônibus do Rio. Segundo a Procuradoria, o esquema distribuiu mais de R\$ 200 milhões em propina a políticos.

O empresário caiu na Operação Ponto Final, um desdobramento da Lava Jato. Ele sabia que era investigado e foi detido quando tentava deixar o país com documentos sigilosos. Era um caso típico de prisão preventiva. Assim entendeu o Tribunal Regional Federal, que confirmou a decisão do juiz Marcelo Bretas.

Na quinta-feira, Gilmar mandou soltar o rei dos ônibus. Bretas emitiu outra ordem de prisão, baseada em fatos diferentes. O ministro se irritou e disse à imprensa que a decisão era "atípica". No dia seguinte, concedeu um novo habeas corpus a Barata.

A decisão de Gilmar não foi "atípica". O ministro é conhecido por abrir as portas da cadeia a persona-

gens envolvidos em grandes escândalos. Soltou o ex-médico Roger Abdelmassih, condenado pelo estupro de 37 pacientes. Soltou o empresário Eike Batista, suspeito de pagar propina em três esferas de governo. Soltou o ex-deputado José Riva, considerado o maior ficha-suja do país.

A novidade da vez é que o ministro foi padrinho de casamento da filha de Barata. O rei dos ônibus organizou uma festa-ostentação no auge dos protestos contra o aumento das passagens, em 2013. A PM de Sérgio Cabral, acusado de embolsar dinheiro do pai da noiva, foi acionada para proteger os convidados.

Além do laço nupcial, o Ministério Público apontou outros dois motivos para o ministro se declarar suspeito de julgar caso. Seu cunhado é sócio de Barata, e a mulher dele trabalha no escritório de advocacia que defende as empresas de ônibus. Gilmar não se constrangeu. Enquanto seus colegas do Supremo se mantiverem em silêncio, ele continuará a atuar assim: desimpedido.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	30	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, em 2003, eu, que trabalhava três turnos, resolvi abrir mão de parte do meu tempo de trabalho para estudar e me preparar para o concurso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Naquela ocasião, obtive êxito e, no cargo que eu pleiteava, fui aprovado na trigésima posição. O concurso tinha validade de um ano, prorrogável por mais um, e chegou o TJ a nomear 29 pessoas. Eu era o trigésimo na lista de classificação. Seguindo o rito normal, faltavam cinco meses para expirar o concurso – já estava ali fazendo aquecimento para tomar posse no Tribunal de Justiça –, quando surgiu o escândalo de fraude do concurso do TJ. E o Tribunal de Justiça, de forma absolutamente correta, já que o concurso, a partir daquele momento, estava sob suspeição, interrompeu todas as futuras nomeações, inclusive a minha, que nunca aconteceu, porque o concurso expirou e eu não fui nomeado.

Naquela ocasião, Sr. Presidente, quem era o responsável pela fraude? Um senhor de sobrenome Ortiz – eu nem vou citar aqui o primeiro nome. O mesmo vagabundo, Sr. Presidente, o mesmo bandido, o mesmo canalha, agora nesta semana, aparece novamente envolvido em um conjunto de fraudes de concurso público. Não estou aqui abordando a questão pessoal. A vida trilha alguns caminhos para nós, e nós os seguimos. Eu já era professor da Secretaria de Educação, feliz – continuo sendo feliz –, e hoje estou aqui como Parlamentar. Mas, quando um vagabundo ou um grupo de vagabundos fraudam um concurso público, Sr. Presidente, ele está mexendo com o sonho das pessoas, ele está mexendo com o financeiro das pessoas, ele está mexendo com o emocional de várias famílias, ele está mexendo com instituições sérias que preparam esses alunos, com professores que se desdobram para preparar esses alunos, e, acima de tudo, ele está mexendo com a vida das pessoas, Deputado Chico Leite.

Nós estamos prestes a realizar o concurso da nossa Casa. Nós sabemos que, em virtude de vários fatores, tudo que acontece nesta Casa já gera uma suspeição. A imprensa, a sociedade acha que tudo que acontece aqui está sob suspeita. Então, peço a V.Exa. que mantenha esse ritmo que já vem sendo feito, que haja todo o rigor necessário para que o concurso da nossa Casa siga com o rito de credibilidade, seriedade e transparência, como continua. E aconselho V.Exa. e o nosso Vice-Presidente, que é ligado à Polícia Civil, que convide o Departamento de Combate ao Crime Organizado da Polícia Civil do Distrito Federal, competente que é, para que, pelo menos no dia da prova do nosso concurso, com a qualificação e os equipamentos necessários para isso, acompanhe o nosso concurso na tentativa de evitar qualquer tipo de fraude, para que ele não fique sob suspeição, porque estamos mexendo com o sonho e com a vida das pessoas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	31	

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me até pelo certo desabafo em relação a isso. É porque paciência para bandido desse tipo eu não tenho. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Todo o critério do mundo está sendo utilizado e a transparência necessária.

Eu gostaria de consultar os Deputados, levando em consideração que há *quorum* para votação, se alguém deseja fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares. (Pausa.)

Há três Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também estava vendo aqui as notícias dos *blogs* e dos jornais, e o Governador acaba de informar que realmente vai ter que parcelar salário de servidores. Já neste mês, provavelmente, deixou ali uma dúvida, mas sinaliza para essa necessidade.

A gente sabe que o País vive uma crise profunda do ponto de vista econômico, a nossa cidade. Uma crise provocada, na minha avaliação, por um golpe político que vem prejudicando muito o nosso País e a nossa cidade, e, evidentemente, as consequências disso é a diminuição na arrecadação do Estado, o aumento do desemprego, e acaba, mais uma vez, sobrando para os trabalhadores e, aqui no caso, para os servidores que terão que ter os seus salários parcelados. Pelo que eu vi no jornal, serão necessários mais ou menos 170 milhões para que isso não aconteça.

Em outros momentos, eu, como Deputado, a bancada do PT, por muitas vezes, ajudamos e vimos ajudando o governo a superar essa crise, mesmo sendo Deputados de Oposição. Acho que, se pode buscar ainda formas, o governo deveria dialogar mais com a Câmara, para que a gente pudesse ajudar a equacionar essa questão financeira, para que não seja necessário, Presidente Deputado Joe Valle, parcelar salários de trabalhadores, e existem possibilidades concretas de a gente trabalhar nisso.

Mas uma coisa que não dá para esta Casa aceitar é o governo querer vender empresa pública, vender a CEB, ou a Caesb ou o BRB. Isso é inadmissível, porque, inclusive, onde aconteceu isso – e pego o Rio de Janeiro como exemplo –, o Estado está falido. Venderam todas as empresas, e o Estado está falido. Lá, há muito tempo, o servidor não recebe salário. Então, não é vender empresa que vai resolver o problema financeiro do Estado; muito menos os salários dos servidores.

Eu quero fazer um apelo ao governo, a gente se coloca à disposição. Esta Casa tem que entrar nesse debate, tem como reverter isso, a gente tem como realmente pensar numa previdência complementar dos trabalhadores daqui.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22 08 2017		15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA		32

Realmente não tem como, o governo gasta quase 200 milhões todo mês para resolver essa questão da previdência, mas é preciso que o governo dialogue mais com esta Casa para que a gente possa, juntamente com ele, como foi em outros momentos, até na própria questão do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, criar uma forma de que isso não aconteça. Vira uma coisa em cadeia, Deputado Prof. Reginaldo Veras, acaba faltando recurso. Se tira o salário do trabalhador, o comércio também fica numa situação difícil, é mais desemprego.

Contudo, em hipótese alguma, nós vamos aceitar que vendam nossas empresas, não vamos aceitar, em hipótese nenhuma, isto: querer vender nossas empresas para cobrir o rombo que foi criado, não por culpa dos trabalhadores, mas por erros sucessivos de vários governos, de vários governos. Essa coisa, a gente vinha acompanhando, e sabíamos que, um dia, iria estourar. Estourou agora, mas não vai ser com a venda das empresas públicas que a gente vai resolver isso.

Então, fica aqui o meu compromisso, a minha disposição, a disposição da bancada do PT em ajudar o governo a resolver essa situação, mas desde que não privatize nossas empresas, desde que não venda nossas empresas.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, acho que toda a Câmara, Deputado Ricardo Vale, acho que todos nós temos disposição de ajudar para que possamos ter esses salários pagos em dia.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos, boa tarde, Sr. Presidente, demais Deputados, todas as pessoas presentes. Sr. Presidente, Deputado Ricardo Vale, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, eu quero alertar esta Casa e a população do Distrito Federal – saiu uma matéria recente, isso infelizmente está recorrente no Distrito Federal – que, de janeiro a maio de 2017, nós tivemos 331 casos de violência contra os idosos.

Esse é um número 44% maior, Deputado Chico Leite, do que os registros do ano passado. Nós tivemos, no período de janeiro a maio de 2016, 184 casos contra 331 casos de violência contra os idosos.

Nós apresentamos uma legislação, que inclusive é lei, criando as repúblicas de idosos. Eu faço aqui uma sugestão ao Deputado Wellington Luiz e ao Deputado Cláudio Abrantes, que são da Polícia Civil, e também faço uma sugestão aos membros da Comissão de Direitos Humanos. A gente vê direitos humanos no momento em que acontece alguma coisa com algum presidiário, mas quando você vê o cidadão de bem solto, um idoso não poder andar nas ruas que sofre as consequências; ele pode, infelizmente, sofrer um ato de violência por parte de um cidadão canalha, como é o caso do cidadão que foi abordado recentemente numa reportagem que apareceu na

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	33	

Rede Globo, Deputado Joe Valle, e em outras redes de comunicação, em jornais e *sites* de notícia.

Então, faço uma sugestão à Polícia Civil: identifique quem são essas pessoas, faça uma força-tarefa e coloque esse pessoal todo na cadeia, Deputado Chico Vigilante, para que possam responder por esse crime de violência contra os idosos. Nós temos uma secretaria que é responsável por isso e pode também auxiliar e trabalhar nesses casos de violência contra os idosos. Existem algumas campanhas publicitárias do governo e da Câmara que podem ser feitas no combate a esse tipo de agressão e violência.

Outro assunto breve, Sr. Presidente, é que nós recebemos ligações de algumas pessoas, servidores que trabalham no Hospital do Paranoá. O Hospital do Paranoá atende toda aquela região, São Sebastião, Paranoá, Itapoã e outras áreas, em especial as áreas rurais também. Nós temos hoje, Deputado Joe Valle, o pronto-socorro fechado, e o posto de atendimento da ortopedia também fechado. Os médicos só estão atendendo as pessoas que já estão lá internadas. Algumas pessoas que estão internadas já estão lá há mais de setenta dias sem atendimento, por falta, às vezes, de materiais e insumos básicos. Ali os aparelhos de Raios X estão quebrados. Não tem anestesista, e mesmo que tivesse não haveria atendimento porque não tem anestesia; não tem escopia, não tem capote médico, que é aquele equipamento, Deputado Wasny de Roure, que o médico utiliza para fazer raios X. Inclusive, muitos médicos foram afastados daquele hospital porque descobriram um nódulo no pescoço. Ou seja, células tumorais.

Eu faço uma sugestão ao Secretário de Saúde do Distrito Federal: saia do seu gabinete e vá visitar o Hospital de Ceilândia, que está sem atendimento às pessoas. Vá visitar o Hospital de Planaltina, como já foi dito muito bem aqui pelo Deputado Cláudio Abrantes. Nós estivemos lá nesse fim de semana, e o Conselho Tutelar fez um abraço simbólico ao hospital em defesa do atendimento das crianças na pediatria. Faço uma sugestão ao Secretário de Saúde: saia do seu gabinete, junto com a sua equipe, e vá ver as pessoas morrendo sem atendimento no Hospital do Paranoá.

Então, ficam aqui a minha sugestão e o meu apelo ao governo, para que acorde e não deixe mais as pessoas morrendo no leito desses hospitais públicos que não têm atendimento nem dignidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Rafael Prudente.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos vivido uma situação no Distrito Federal desde dezembro de 2016 em que cerca de quinhentas merendeiras prestam serviço nas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

escolas públicas do Distrito Federal, e uma das empresas que fazem esse serviço terceirizado, Deputado Prof. Reginaldo Veras, resolveu suspender de maneira unilateral os contratos de prestação de serviço em dezembro de 2016. As trabalhadoras foram demitidas.

Desde a época em que eu assumi essa luta ao lado delas, já tive inúmeras reuniões, inclusive com o Secretário de Educação do Distrito Federal. Cheguei a trazer o secretário a uma reunião no auditório da Câmara Legislativa lotado de merendeiras. São cerca de quinhentas merendeiras, e a gente conseguiu a contratação da maioria, mas 86 merendeiras não foram contratadas. O secretário falou que regularizaria quando acontecesse a licitação para renovação dos contratos, porque iriam surgir vagas. Nós ficamos aguardando.

Agora está no Tribunal de Contas do Distrito Federal. Hoje eu tive uma audiência com o Conselheiro Inácio, que é o responsável por essa questão no Tribunal de Contas. Ele me atendeu com a maior atenção, é um homem realmente respeitável, e me disse estar esperando um parecer do Ministério Público de Contas. Disse que dará prioridade máxima a essa questão para que o problema das merendeiras seja resolvido.

Nós temos outro problema, Deputado Wasny de Roure, que é o das trabalhadoras de limpeza. Também está para ser licitado, está com o Conselheiro Manoelzinho. Eu vou procurar o Manoelzinho para ver se a gente resolve essa situação. Tem um contrato, e eu me orgulho de ter participado diretamente dele, que foi a luta pela licitação da vigilância. São 7.500 vigilantes, houve a licitação, uma série de impugnações, e eu estive no Tribunal de Contas algumas vezes. Estive com a Secretária de Planejamento, a Dra. Leany, dezenas de vezes, e devo dar um testemunho aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, da seriedade dessa secretária, do respeito que ela merece, do trabalho que ela fez em conjunto conosco, até assinar a licitação.

A licitação aconteceu, ela está assinando os contratos, e é uma vitória para a população do Distrito Federal porque legaliza isso. É bom que se diga que houve diminuição do preço que era praticado, em cerca de 50 milhões de reais de economia para a população do Distrito Federal. Não é para o governo, é para a população que mantém o governo com seus impostos. Portanto, eu vou continuar nessa luta, nessa batalha em defesa dos trabalhadores, com a certeza de que seremos vitoriosos. Nenhum capeta vai atrapalhar nossa vida.

A outra grande batalha nossa, Deputada Luzia de Paula, é contra a questão do atraso do pagamento dos trabalhadores, vigilantes, merendeiras e trabalhadores da limpeza. Este mês nós tivemos que procurar o Governador, fomos em conjunto ao Senado Federal para ver se liberam 750 milhões que a União deve ao GDF. Tivemos que convencer o Governador e a direção do BRB da importância de um financiamento. Uma linha de crédito foi aberta pelo BRB para saldar o salário daqueles trabalhadores. Já estou preocupado com o próximo mês, e já estou em campanha, estou lutando para

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	35	

que não haja atraso, até porque houve esse anúncio, Deputado Chico Leite, que acaba de ser feito no Palácio do Buriti de que o governo vai parcelar o salário dos servidores. Quem ganha até 7.500 reais receberá dia 7 de setembro, e quem ganha acima de 7 mil vai receber em 14 de setembro.

Eu, como bom maranhense, tenho que botar minha barba de molho e começar a pensar ainda mais nos trabalhadores terceirizados, porque se não tem para pagar a folha direta, os terceirizados... Portanto, mais uma vez, vou estar nessa luta defendendo os vigilantes, as merendeiras, os trabalhadores de serviço de higienização que prestam serviço ao Distrito Federal, e também combatendo qualquer tipo de diminuição de posto de serviço, porque é levar esses trabalhadores à miséria. Todos nós sabemos que esses trabalhadores não têm reserva, esses trabalhadores não guardam dinheiro. Esses trabalhadores vivem única e exclusivamente do salário.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. Logo em seguida, falará o Deputado Raimundo Ribeiro e encerraremos os comunicados para começarmos a votação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha primeira palavra aqui é referendar as palavras do Deputado Chico Vigilante. Semelhantemente, de maneira modesta, temos acompanhado alguns desses debates, tanto essa questão das merendeiras – foi um trabalho que nós devemos muito ao Deputado Chico Vigilante, o reconhecimento do direito de quem trabalhava para continuar trabalhando –, como também a manifestação semana passada, Deputado Rafael Prudente, dos trabalhadores da Juiz de Fora por falta de pagamento do tíquete e cobrança dos dias que eles tiveram que ir à rua pedir o cumprimento e o pagamento – são nove dias de abono –, para que não sejam prejudicados os servidores da limpeza.

Sr. Presidente, eu quero trazer aqui uma preocupação exatamente com esse quadro que nós estamos vivenciando. O governo adotou uma política de não fazer reajustes dos servidores públicos tanto em nível federal quanto em nível local. O governo adotou uma política de várias reformas que, na realidade, ele chama de reformas, mas são retiradas de direitos dos trabalhadores. E a coisa chega ao nível das concessões que o governo tem feito em nível de benefícios para os devedores do Estado.

Ao verificarmos recente publicação da Receita Federal, vimos, Sr. Presidente, que o desconto, a proposta do Refis no Congresso Nacional se tornou tão escandalosa que o próprio Governo Federal teve que recuar na absoluta descaracterização daquilo que já era um absurdo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	36	

A Receita Federal... E eu quero cumprimentar os servidores da Receita Federal que estão investindo contra esse procedimento que vem dilapidar o patrimônio público e que leva o Estado a viver esta crise e agora a propor o parcelamento.

É muito interessante, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que o governo adotou uma política para o servidor público e anunciou hoje o parcelamento. E ele vai anunciar, nos próximos dias, o aumento da contribuição previdenciária do servidor, colocando em 14%, saindo de 11% para 14%. O governo também se mantém inerte com relação à dívida ativa de aproximadamente 27 bilhões de reais. Que iniciativas, Deputado Chico Leite, o governo propõe, esta Casa propõe, para debater e para recuperar esse recurso?

É incrível, Sr. Presidente: quando o Governo Federal propôs o Refis, ele esperava receber 13 bilhões e 300 milhões de reais. Não recebeu 500 milhões de reais. Esse escárnio com o dinheiro público vai custar, Deputado Delmasso, muito caro para a sociedade. Nós precisamos estar extremamente atentos a isso que está acontecendo, porque isso causa um total empobrecimento da credibilidade das autoridades fiscais frente ao seu papel arrecadatário. Quer discutir a carga tributária? Vamos discutir. Eu acho absolutamente legítimo, porque aquilo que é direito a todos deve ser concedido. Mas, daquele que é infrator, você reduzir em 99% a multa... É mais honroso, Deputada Luzia de Paula, acabar com a multa: pague sem multa. Ao ponto de o próprio governo evitar a aprovação desse escárnio que foi produzido na Câmara dos Deputados ao votar uma proposta indecorosa e desmoralizante para a administração pública com relação ao dinheiro que deveria estar nos cofres públicos.

Portanto, eu quero aqui chamar à reflexão dos colegas que estão acompanhando esse debate, porque nós precisamos trazer algumas responsabilidades, Deputado Joe Valle. Aquele projeto com que a Câmara tentou repor o recurso para os servidores públicos, através de imóveis do GDF para o Instituto de Previdência dos Servidores – IPREV... Aqui há vários servidores concursados. O seu futuro previdenciário teve uma transferência de quase 2 bilhões de reais. Hoje, o fundo é de 4,1 bilhões de reais. Até hoje, o governo não transferiu a dominialidade dos imóveis proposto e votado pelos Srs. Deputado. Até hoje!

Eu conversava, nesta semana, com alguns conselheiros do Iprev, Deputado Chico Leite. Agora, o governo faz esse movimento novamente em cima do servidor: não contrata servidor público, pois estamos no nível prudencial; não dá nenhum reajuste; agora propõe o parcelamento.

E o que vamos fazer com os 27 bilhões de reais? Com certeza, o governo já está planejando o próximo esquema para pôr a mão nesses 4,1 bilhões do servidor público. Com certeza! Mas, com relação aos 27 bilhões de reais da dívida ativa, não toca a mão, nenhuma proposta, nenhum pensamento, nenhuma iniciativa.

Sr. Presidente, eu acho que vale a pena pedir um esforço aos nossos tribunais, pedir ao Ministério Público, coletivizar o problema. Sr. Presidente, se for confirmada a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	37	

minha presença na reunião com o Governador na quinta-feira, Deputada Luzia de Paula, se não cair essa pauta, eu vou pedir que o governo apresente uma proposta de como recuperar os 27 bilhões de reais, até mesmo para seguir as atuais regras junto ao Tribunal de Justiça.

Portanto, nós não vamos fazer corpo mole. No que pudermos ajudar, vamos ajudar, mas, por favor, não toquem no Iprev. Já saquearam 1 bilhão e 800 milhões de reais em termos nominais. O montante deve hoje ultrapassar a casa de 2 bilhões de reais. Que o governo se preocupe com aquilo que está em dívida ativa e tente corrigir.

Eu quero encerrar, Deputado Joe Valle, sugerindo à assessoria dos colegas Deputados que entrem no *site* da Receita Federal e recuperem os estudos que demonstram a gravidade do problema, demonstram a gravidade do que os estados estão vivenciando. O que vários estados brasileiros estão vivenciando é algo absolutamente inexplicável, inaceitável, principalmente quando nós temos haveres e não há iniciativa com relação a isso.

Eu faço aqui um apelo. Eu sei, Deputado Joe Valle, que muitos Parlamentares são indiferentes a essa temática, mas eu vou insistir, porque quem cobra direito também tem que apoiar as iniciativas de receita de que o governo precisa. Mas eu não posso apoiá-las se o governo também não tem nenhuma iniciativa naquilo que lhe cabe ter para recuperar o nosso crédito tributário encalacrado na dívida ativa, hoje superior a 27 bilhões de reais.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os presentes, na verdade, o que nos traz aqui, no primeiro momento, é noticiar que ontem esta Casa, mais uma vez, atingiu plenamente o seu objetivo, porque esta Casa acolheu feirantes, acolheu quiosqueiros, acolheu donos de bancas de revistas e jornais para discutir uma lei que foi promulgada em 2016 e que depende de uma regulamentação por parte do Governo do Distrito Federal.

Como é característico do governo, decorrido mais de um ano, o governo nada fez. E esta Casa, então, por iniciativa minha e da Deputada Celina Leão, convocou essa audiência pública para que pudéssemos discutir e, quem sabe, apresentar uma proposta de regulamentação do tema. Mas, para nosso desgosto, infelizmente – não digo nossa surpresa porque este governo não tem mais capacidade de surpreender ninguém –, o governo resolveu, na véspera, Deputado Bispo Renato Andrade, convocar uma reunião no Palácio do Buriti, no mesmo horário, para discutir o mesmo assunto! Vejam a pequenez, o quão tacanho é este governo. Ao invés de aproveitar o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	38	

esforço que foi feito para que juntos pudéssemos construir a melhor solução, ele, não satisfeito em não resolver o problema, resolve boicotar quem se propõe a ajudar.

Independentemente dessa lerdeza típica do governador, independentemente das suas características pessoais, Deputado Bispo Renato Andrade, nós vamos continuar ajudando, porque estamos ajudando é Brasília. Nós não estamos ajudando o governo. E vamos fazer as propostas devidas.

Esse era o primeiro registro. O segundo é acerca da notícia de que o Tribunal de Justiça suspendeu a escolha de representantes dos servidores do Hospital de Base para o Conselho do Instituto Hospital de Base. Veja que foi necessário que as pessoas que se sentem prejudicadas na questão da representação, Deputado Wasny de Roure, recorressem ao Poder Judiciário e, mais uma vez, judicializassem uma questão que poderia ser resolvida usando-se como ferramenta o bom senso. Mas bom senso passa longe do Palácio do Buriti atualmente. E aí, ao recorrer, você termina paralisando um processo que vai causar prejuízo, de alguma forma, à população de Brasília.

Mas o mais interessante é a motivação: a matéria foi regulada – acreditem se quiserem! – por uma OS, por uma ordem de serviço. Realmente este governo é pródigo em produzir material para o Stanislaw Ponte Preta, se estivesse vivo, que é aquela obra, o “Febeapá”, festival de besteira que assola o país. É incrível, Deputado Bispo Renato Andrade, como este governo tem compulsão pelo erro! É uma coisa extraordinária!

Finalizando, já é praticamente certo, porque está anunciado, que o governo pretende parcelar salários. Eu gostaria de deixar aqui uma ideia: por que não parcelar o mandato do governador? Acho que isso talvez resolvesse 90% dos problemas que afligem o Distrito Federal. Vamos fazer o seguinte: vamos dar um tempo e ele volta depois que estiver tudo arrumado? Porque do jeito que está realmente é incrível! Este governo consegue desagradar a tudo e a todos.

Agora, você chegar ao ponto de querer se desfazer do patrimônio, como foi bem abordado aqui pelos que me antecederam, visando reequilibrar contas, é uma coisa absurda. É você comparar, por exemplo, a um pai de família que vai vender a geladeira, o fogão e a cama porque tem dívidas para pagar. Você vai se livrar do seu patrimônio para pagar uma dívida? Você pagou, e aí? Não vai comer? Não vai beber? Não vai dormir? Infelizmente, é essa a lógica que preside os trabalhos deste governo que aí está. E, nesse caso específico, realmente é triste ver que o governo, mais uma vez, acena com a possibilidade de parcelar salários, como se as pessoas fossem culpadas pelo festival de besteiras patrocinado pelo governo atual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	39	

Eu gostaria de consultar os Líderes... Conforme acordo de Líderes, nós procederemos à votação, primeiramente, dos vetos aos projetos de autoria dos Deputados indicados para rejeição deste plenário e, por último, os vetos de autoria dos Deputados restantes da Ordem do Dia, que serão mantidos pelo acordo feito desde a semana passada.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos em bloco os vetos totais e parciais, de acordo com os blocos já mencionados.

Lembro o acordo feito de que aqueles projetos podem ser destacados... Houve alguns destaques de projetos pelo Deputado Ricardo Vale. Nós lemos projeto a projeto aqui, fazemos o processo, como fizemos na semana passada.

Então, esse foi o acordo feito pelos Líderes.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas um questionamento. Ontem, eu havia feito um pedido para a retirada de um projeto de lei de minha autoria da lista da manutenção dos vetos. Óbvio que vamos discutir depois a manutenção ou a derrubada. Eu não sei se ele já se encontra retirado ou...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O projeto se encontra retirado, conforme acordado no Colégio de Líderes.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um veto de nossa autoria... É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Há um veto a um projeto de nossa autoria, o item nº 21, que está entre os consensuados para derrubada. Eu queria pedir a V.Exa. a retirada dele, para avaliarmos, tentarmos fazer uma pesquisa de jurisprudência. Pode ser que, sem embargo do mérito, tenhamos que mantê-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, perfeito. Eu acato a retirada. Solicito à Mesa que faça a retirada do Projeto de Lei de autoria do Deputado Chico Leite, o item nº 21 da pauta.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, outra questão de ordem. V.Exa. propôs a votação em bloco daqueles que foram acordados e aos quais serão mantidos os vetos. É isso?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	40	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não. Vamos fazer como fizemos na sessão passada. O Relator vai vir aqui, vamos ler projeto a projeto, o Relator faz a leitura e nós votamos, em bloco, a derrubada e depois a manutenção.

Foi acordado o seguinte: cada Deputado indicou 3 projetos para derrubada dos vetos. O restante para ser mantido. Então, vamos fazer a leitura e a votação da derrubada em bloco. Como é o processo da apreciação em bloco? Cada projeto vai ser lido, o Relator vai fazer o relatório e, se houver algum Deputado presente que queira destacar, ele destaca naquele momento qualquer projeto, para que possamos avaliar depois, mesmo não sendo dele a autoria. Está certo? No final, votamos em bloco. Mas vai ser analiticamente. Cada projeto vai ser lido, e o Relator vai fazer o relatório aqui no plenário.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que coloque em votação o item nº 126, que trata da discussão e votação, em turno único, da Moção nº 728, de 2017, de minha autoria, que “manifesta repúdio à nova Assembleia Constituinte na Venezuela, implementada pelo Presidente Nicolás Maduro, e sugere sanções econômicas ao regime venezuelano”.

Peço aos nobres Pares que realmente votem a favor dessa moção, porque, a cada dia que passa, mais difícil fica aquele país tendo à frente este ditador Nicolás Maduro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Acato a solicitação de V.Exa.

Esta moção vai ser destacada no momento da votação em bloco, para que outros Deputados que não tenham essa mesma visão possam fazer o seu voto em separado. Ok?

Lembro que o acordo do Colégio de Líderes foi para a derrubada dos vetos aos projetos de lei indicados pelos Deputados. Aqueles Deputados que já têm os três vetos derrubados não terão vetos hoje lidos em plenário; para aqueles que não, nós vamos completar três vetos por Deputado. Essa é a lógica de trabalho.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 6:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 10, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “assegura a todo cidadão o direito de registrar ocorrência em qualquer delegacia do Distrito Federal e dá outras providências”.

Solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 1, DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 10/11, que *assegura a todo cidadão o direito de registrar ocorrência em qualquer Delegacia do Distrito Federal e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 290/2012-GAG (fls. 19/20), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 10, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão.

A proposição foi aprovada na forma de substitutivo, ficando a redação final conforme fls. 15.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que a organização da Polícia Civil é matéria cuja iniciativa pertence exclusivamente ao Governador do Distrito Federal. Demais disso, sustenta que a Portaria nº 651/03 contemplaria o conteúdo normativo da proposição.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO**Presidente****DEPUTADO CHICO LEITE****Relator**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – PRAÇA MUNICIPAL, QUADRA 2, LOTE 5, GABINETE 21
SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS – BRASÍLIA-DF – CEP: 70-094-902 – FONE: (61) 3348-8212 – FAX: (61) 3348-8212

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 10 2011

Fls. nº 23 8

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	42	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Como é em bloco, não faremos a votação neste momento. Esse é pela derrubada. Todos os que serão lidos agora, houve o acordo pela derrubada. É da relação daqueles três projetos de lei por Deputado que foram trabalhados.

Item nº 34:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 212, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a alimentação diferenciada a crianças e adolescentes portadores de intolerância a lactose na merenda escolar em instituições da rede pública de Ensino”.

Solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 01, DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 212/2015, que dispõe sobre a alimentação diferenciada à criança e adolescentes portadores de intolerância à lactose na merenda escolar em instituições da rede pública de ensino.

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 180/2015-GAG, de 28 de agosto de 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 212/2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que dispõe sobre a alimentação diferenciada à criança e adolescentes portadores de intolerância à lactose na merenda escolar em instituições da rede pública de ensino.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fl. 15.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o Projeto de Lei traz dispositivo que já se encontra disciplinado pela União na Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, art. 12, afastando a possibilidade de nova estipulação pelo Distrito Federal, em função da competência legislativa ser concorrente na proteção e defesa da saúde, conforme o disposto no art. 24 da Constituição Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	43	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 41:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 62, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "institui a meia-entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exhibições cinematográficas e demais manifestações culturais e esportivas para os portadores de câncer".

Solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ph N.º 62 1 2015

FOLHA 28

RUBRICA



RELATÓRIO Nº 01 , DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 62/2015, que institui a meia entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exposições cinematográficas e demais manifestações culturais e esportivas para os portadores de câncer.

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 217/2015-GAG, de 17 de setembro de 2015, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 62/2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que institui a meia entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exposições cinematográficas e demais manifestações culturais e esportivas para os portadores de câncer.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fls. 20.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que o art. 1º da Lei nº 4.887/12, de 13 de julho de 2012, inclui os portadores de câncer, desde que comprovadamente carentes, como assistidos e participantes da Política Distrital para a integração da pessoa com deficiência, os quais já têm garantido o direito objeto deste Projeto de Lei. Assim, o Projeto de Lei não contém inovação legislativa.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

em.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	44	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 54:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 391, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "altera a redação do art. 49, *caput*, da Lei 4.949, de 15 de outubro, de 2012, que 'estabelece normas gerais para a realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, para o fim de fixar o dever de as bancas divulgarem com, no mínimo, sete dias de antecedência da primeira prova o número de candidatos inscritos'".

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Item nº 49, de minha autoria, consta da relação indicada por nós e encaminhada a essa assessoria. Eu não sei por que ele foi pulado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Vou verificar, Deputado. A Secretaria vai verificar e já voltamos.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, os meus três projetos para derrubada de veto já foram analisados. Este, eu pedi pela manutenção do veto, porque a gente pensou uma coisa, mas, depois, com um bom argumento jurídico, entendemos que estávamos equivocados e que o governador tinha razão no veto. Então, este é pela manutenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Pela manutenção.

Item nº 56:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.336, de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "institui o programa incubadora de empresas e cooperativas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1336/2013, que institui o programa incubadora de empresas e cooperativas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 26/2016-GAG, de 26 de fevereiro 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1336/2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que institui o programa incubadora de empresas e cooperativas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 20-21.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposição em tela fere a competência privativa do Poder Executivo para a iniciativa legislativa que trate sobre atribuições das Secretarias de Estado do Distrito Federal. Complementarmente, o Projeto cria despesas sem a correspondente fonte de custeio, prática vedada pela Lei Orgânica do Distrito Federal, nos termos do art. 71.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 1336 / 2013
FOLHA 31 RUBRICA 2

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	45	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 57:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 169, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos planos e seguros de saúde, no âmbito do Distrito Federal, a reembolsar integralmente as despesas com profissionais especialistas necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, quando não disponíveis na sua rede credenciada e dá outras providências”.

Solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 169/2015, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos planos e seguros de saúde, no âmbito do Distrito Federal, a reembolsar integralmente as despesas com profissionais especialistas necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, quando não disponíveis na sua rede credenciada e dá outras providências".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 030/2016-GAG, de 26 de fevereiro 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 169/2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos planos e seguros de saúde, no âmbito do Distrito Federal, a reembolsar integralmente as despesas com profissionais especialistas necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, quando não disponíveis na sua rede credenciada e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 20-21.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposição em exame apresenta vício formal, já que o objeto da proposta adentra a competência legislativa da União para estabelecer normas gerais em matéria de direito civil, nos termos do art. 22 da Constituição Federal. Ademais, o tema abordado já encontra normatização vigente, disciplinada pela Resolução Normativa nº 259, de 17 de junho de 2011, da Agência Nacional de Saúde Complementar.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	46	

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero verificar se está incluído entre a derrubada de vetos o Projeto de Lei nº 246, de 2016, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Cláudio Abrantes, não está porque ele vai vencer dia 21/09 e não chegou. Esta rodada é até 1º de agosto. A gente está vencendo o que veio até 1º de agosto. Esse seu projeto ainda não chegou aqui. Será a próxima rodada.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, já chegou.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Aqui pra gente...

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Não sei se chegou aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está na Comissão de Constituição e Justiça. Está certo? Se V.Exa. quiser pedir para a próxima, não terá problema para fazer a emissão do relatório. Não há esse prazo. Mas não tem problema. A gente faz a substituição de um de seus vetos.

Item nº 58:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 790, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “assegura o direito de inclusão no caso que especifica e dá outras providências”.

Solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 790/2015, que "Assegura o direito de inclusão no caso que especifica e dá outras providências".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 033/2016-GAG, de 26 de fevereiro 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 790/2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que assegura o direito de inclusão no caso que especifica e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fl. 14.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposição em exame padece de inconstitucionalidade material por afronta ao postulado da isonomia, entabulado como corolário fundamental no art. 5º da Constituição Federal, na medida em que cria regime de favorecimento à parcela específica da população em detrimento de tantas outras.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	47	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 65:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 441, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que "dispõe sobre o tráfego de veículos dos Conselhos Tutelares nas faixas exclusivas de ônibus do Distrito Federal".

Solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Constituição e Justiça - CCJ



RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 441/2015, que "Dispõe sobre o tráfego de veículos dos Conselhos Tutelares nas faixas exclusivas de ônibus do Distrito Federal".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 62/2016-GAG, de 15 de março 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 441/2015, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista, que dispõe sobre o tráfego de veículos dos Conselhos Tutelares nas faixas exclusivas de ônibus do Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fl. 27.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o projeto apresenta inconstitucionalidade formal, porque adentra competência legislativa exclusiva da União para legislar sobre trânsito e transporte, nos termos do art. 22 da Constituição Federal.

Complementarmente, o Supremo Tribunal Federal já assentou entendimento nesse sentido, nos termos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.121, de 17 de março de 2011.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	48	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 67:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 487, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “assegura, no âmbito do Distrito Federal, ações e diretrizes para a implantação do Sistema Distrital de Prevenção ao Roubo e ao Furto e ao Comércio Ilegal de Bicicletas, e dá outras providências”.

Solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial ao inciso III do art. 1º, § 2º e incisos I e II do art. 2º e arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



RELATÓRIO Nº 01, DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 487/2015, que "Assegura no âmbito do Distrito Federal, ações e diretrizes para a implantação do Sistema Distrital de Prevenção ao Roubo e ao Furto e ao Comércio Ilegal de Bicicletas, e dá outras providências".

Relatora: Deputada SANDRA FARAJ

Com a Mensagem nº 73/2016-GAG, de 29 de março de 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 487/2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que "Assegura no âmbito do Distrito Federal, ações e diretrizes para a implantação do Sistema Distrital de Prevenção ao Roubo e ao Furto e ao Comércio Ilegal de Bicicletas, e dá outras providências".

A proposição em comento foi aprovada com alteração, ficando a redação final conforme fls. 36 e 37.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposição normativa não poderá ser sancionada em sua integralidade, em função de inconstitucionalidade formal, dada a existência de vício de iniciativa e por afronta à reserva da administração, aludiu que parte dos dispositivos vetados contrariam o disposto no art. 71 e art. 100, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Ademais, trouxe à baila inconstitucionalidade do §2º, I e II, do art. 2º do PL, por ofensa ao art. 5º da Constituição Federal.

Por fim, ponderou que o art. 8º cerceia o direito de escolha outorgado ao Chefe do Poder Executivo, ofendendo assim o princípio constitucional da separação entre os poderes, consagrado no art. 2º da Carta Magna.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 76:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 83, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "dispõe sobre os serviços prestados pelos restaurantes comunitários do Distrito Federal aos idosos e aos deficientes físicos impossibilitados de se locomoverem por motivo de saúde e dá outras providências".

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



RELATÓRIO Nº 01, DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 83/2015, que "Dispõe sobre os serviços prestados pelos restaurantes comunitários do Distrito Federal, aos idosos e aos deficientes físicos impossibilitados de se locomoverem por motivo de saúde e dá outras providências".

Relatora: Deputada SANDRA FARAÍ

Com a Mensagem nº 135/2016-GAG, de 15 de julho de 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 83/2015, de autoria do Dep. Bispo Renato Andrade, que dispõe sobre os serviços prestados pelos restaurantes comunitários do Distrito Federal, aos idosos e aos deficientes físicos impossibilitados de se locomoverem por motivo de saúde e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada sem alteração, ficando a redação final conforme fl. 17.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que a proposição padece de inconstitucionalidade material, pois, ainda que se trate de mera autorização, a implementação da medida exige a completa reformulação dos contratos administrativos existentes e do modo de funcionamento dos restaurantes comunitários.

Assim, a proposição alcança competência privativa do Governador do Distrito Federal, nos termos do art. 71 e 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAÍ
Relatora

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 91:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.103, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "dispõe sobre a publicidade das informações de renúncias e benefícios fiscais que especifica".

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial ao art. 3º.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****RELATÓRIO Nº 01, DE 2017 - CCJ**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1103/2016, que dispõe sobre a publicidade das informações de renúncias e benefícios fiscais que especifica.

Relator: Deputado

Pela Mensagem nº 15/2017-GAG, de 26 de janeiro de 2017, o Governador do Distrito Federal comunicou à esta Casa a oposição de veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.103, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que dispõe sobre a publicidade das informações de renúncias e benefícios fiscais que especifica.

O Projeto foi aprovado com emendas. Após as modificações, redação final foi acostada às fls. 18.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo do art. 3º em razão de vício de inconstitucionalidade material quanto à fixação de prazo para o exercício do poder regulamentar do Poder Executivo, com fulcro nos art. 2º da Constituição Federal e art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO

Relator

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 08 2017		15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 100:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.140, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "cria o Programa de Acompanhamento Escolar para crianças que necessitam internação hospitalar por mais de sessenta dias – PAE no âmbito do Distrito Federal".

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial ao art. 4º.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**RELATÓRIO Nº 1 , DE 2017 – CCJ**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1.140/2012, que "Institui as diretrizes gerais do Programa de Acompanhamento Escolar para crianças que necessitam de internação hospitalar – PAE, no âmbito do Distrito Federal".

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº **58/2017-GAG**, de **12 de abril de 2017**, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 1.140/2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que institui as diretrizes gerais do Programa de Acompanhamento Escolar para crianças que necessitam de internação hospitalar – PAE, no âmbito do Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada nos termos do substitutivo.

Em sua exposição de motivos, **fl. 24** o Governador asseverou que a proposição contém inconstitucionalidade formal, uma vez que, ao tratar da carga horária dos professores, não há a observância da reserva de iniciativa legislativa reservada ao senhor Governador, nos termos do art. 71, § 1º, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	52	

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o item nº 94 é o segundo item que nós apresentamos na forma de ofício à Assessoria de Plenário. Faço referência aos itens nº 49, nº 94 e nº 107. Nenhum deles – eu peço, insisto – foi derrubado até o momento. Não tive nenhuma cota extra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vão ser colocados. Acato o pedido de V.Exa. Já serão lidos agora. A gente está procurando saber o que aconteceu aqui com relação a esse processo.

Item nº 49:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 231, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de filtros e bombas nas piscinas de uso coletivo em residências, condomínios e clubes no âmbito do Distrito Federal".

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 231/2015, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de filtro e bombas nas piscinas de uso coletivo em residências, condomínios e clubes no âmbito do Distrito Federal".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 05/2016-GAG, de 07 de janeiro 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 231/2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que dispõe sobre a obrigatoriedade de filtro e bombas nas piscinas de uso coletivo em residências, condomínios e clubes no âmbito do Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fl. 17.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposição em análise contraria os parâmetros de constitucionalidade e da separação dos poderes em seu art. 5º, nos termos do art. 2º da Constituição Federal e art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal ao impor prazo para o exercício do poder regulamentar. O disposto no art. 1º do referido projeto é inviável, pois segundo parecer técnico da CAESB, institui a obrigatoriedade do reaproveitamento da água de limpeza da piscina que, para sua implementação, exigiria a instalação de um sistema específico de decantação e retorno cuja oferta atual no mercado é inexistente.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	53	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 94:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 592, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “institui o Dia da Rádio Comunitária, a ser comemorado anualmente em 25 de agosto”.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial ao art. 2º.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****RELATÓRIO Nº 01 , DE 2017 - CCJ**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 592/2015, que institui o Dia da Rádio Comunitária, a ser comemorado anualmente em 25 de agosto.

Relator: Deputado

Pela Mensagem nº 323/2016-GAG (fls.22/24), de 30 de dezembro de 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à esta Casa a oposição de veto parcial ao Projeto de Lei nº 592, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "institui o Dia da Rádio Comunitária, a ser comemorado anualmente em 25 de agosto".

O Projeto foi aprovado sem emendas e sua redação final foi acostada às fls. 16.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo do art. 2º sob o argumento que o dispositivo, ao estabelecer procedimentos administrativos e atribuições a órgãos públicos, contraria o disposto no art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO

Relator

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 101:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 971, de 2012, de autoria do Deputado Chico Leite, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de informação relativa a débitos pendentes em boletos de cobranças de tributos no Distrito Federal".

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial ao art. 2º.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador. – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**RELATÓRIO Nº 1 , DE 2017 – CCJ**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 971/2012, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação relativa a débitos pendentes em boletos de cobrança de tributos no Distrito Federal".

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº **57/2017-GAG**, de **12 de abril de 2017**, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 971/2012, de autoria do Deputado Chico Leite, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação relativa a débitos pendentes em boletos de cobrança de tributos no Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada nos termos da redação inicial com a emenda modificativa nº 01.

Em sua exposição de motivos, **fl. 20**, o Governador asseverou que a proposição contém inconstitucionalidade material, fixando prazo para o exercício do poder regulamentar por parte do Chefe do Poder Executivo, em afronta à independência deste poder e, em consequência, ao próprio princípio da separação dos poderes, nos termos do art.2º de nossa Constituição Federal e art.53 da Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 103:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 193, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a suspensão do fornecimento de água potável à população do Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**RELATÓRIO Nº 1 , DE 2017 – CCJ**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei
nº 193/2015, que "*Dispõe sobre a suspensão
do fornecimento de água potável à
população do Distrito Federal*".

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº 052/2017-GAG, de 11 de abril de 2017, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei nº 193/2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que *dispõe sobre a suspensão do fornecimento de água potável à população do Distrito Federal*.

A proposição em comento foi aprovada nos termos da proposição original.

Em sua exposição de motivos, fl. 24, o Governador asseverou que a proposição normativa não poderá ser sancionada, uma vez que, padece de vício de inconstitucionalidade formal ao buscar fixar restrições ao exercício de atividade concedida, violando a chamada "reserva da administração" e interferindo no processo de administração pública superior, nos termos dos art. 71, § 1º, inciso IV da Lei Orgânica do Distrito Federal c/c art. 61, § 1º, inciso II, alínea b, da Constituição Federal.

Por essa razão, comunico que vetei o Projeto de Lei nº 193, de 2015.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE


DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 104:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 87, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “dispõe sobre a implantação de sinalização em locais de interesse ecológico e turístico que constituam unidade de conservação ou de fluxo turístico”.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**RELATÓRIO Nº 1 , DE 2017 – CCJ**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 87/2015, que "Dispõe sobre a implantação de sinalização em locais de interesse ecológico e turístico que constituam unidade de conservação ou de fluxo turístico".

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº **53/2017-GAG**, de **11 de abril de 2017**, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei nº 87/2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que dispõe sobre a implantação de sinalização em locais de interesse ecológico e turístico que constituam unidade de conservação ou de fluxo turístico.

A proposição em comento foi aprovada nos termos das emendas apresentadas.

Em sua exposição de motivos, **fl. 23**, o Governador asseverou que a proposição contém inconstitucionalidade formal ao dispor sobre competência privativa de senhor Governador para dispor sobre atribuições dos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal, nos termos do art. 71, § 1º, inciso IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF.

Ademais, havendo no projeto em análise disposição sobre a alocação de recursos públicos, mais uma vez deve ser respeitada a reserva de iniciativa legislativa orçamentária, nos termos do art. 71, inciso V, da LODF.

De forma complementar, em seu art. 3º, vislumbra-se a caracterização de vício de inconstitucionalidade material, fixando prazo para o exercício do poder regulamentar por parte do Chefe do Executivo, em afronta à independência deste poder e, em consequência, ao próprio princípio da separação de poderes, nos termos do art. 2º da nossa Constituição Federal e art. 53 da LODF.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 106:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 759, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “estabelece garantias aos servidores da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal nos casos de atraso da remuneração e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**RELATÓRIO Nº 1 , DE 2017 – CCJ**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 759/2015, que *"Estabelece garantias aos servidores da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, nos casos de atraso da remuneração e dá outras providências"*.

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº 062/2017-GAG, de 12 de abril de 2017, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei nº 759/2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que *Estabelece garantias aos servidores da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, nos casos de atraso da remuneração e dá outras providências*.

A proposição em comento foi aprovada nos termos da proposição original.

Em sua exposição de motivos, fl. 23, o Governador asseverou que a proposição normativa não poderá ser sancionada, uma vez que padece de vício de inconstitucionalidade e formal ao, principalmente, determinar a aplicação de taxas de juros cobrados pelo Banco de Brasília – BRB, relativas ao cheque especial, como fator de correção dos salários eventualmente quitados com atraso, invadindo assim, competência legislativa exclusiva da União, nos termos do art. 22, inciso VI, de nossa Constituição Federal de regular o sistema monetário.

Por essa razão, comunico que votei o Projeto de Lei nº 749, de 2015.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 107:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 844, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “dispõe sobre a implantação de campanha de incentivo à utilização de métodos naturais de combate à dengue”.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**RELATÓRIO Nº 1 , DE 2017 – CCJ**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 844/2016, que "Dispõe sobre a implantação de campanha de incentivo à utilização de métodos naturais de combate à dengue".

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº **63/2017-GAG**, de **12 de abril de 2017**, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei nº 844/2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que dispõe sobre a implementação de campanha de incentivo à utilização de métodos naturais de combate à dengue.

A proposição em comento foi aprovada nos termos da redação proposição original.

Em sua exposição de motivos, **fl. 19**, o Governador asseverou que a proposição contém inconstitucionalidade formal ao dispor sobre competências exclusivas do Poder Executivo, definindo novas atribuições à Secretaria de Estado e interferindo, assim, no processo de administração pública superior, nos termos do art. 71, § 1º, inciso IV da Lei Orgânica do Distrito Federal - LODE.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE


DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 110:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 671, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “institui a semana de conscientização, combate e prevenção à meningite no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o §2º do art. 1º e sobre o art. 2º.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**RELATÓRIO Nº 1 , DE 2017 – CCJ**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 671/2015, que "*Institui a semana de conscientização, combate e prevenção à meningite no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências*".

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº 79/2017-GAG, de 18 de abril de 2017, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 671/2015, de autoria do Deputado Lira, que "*Institui a semana de conscientização, combate e prevenção à meningite no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências*".

A proposição em comento não foi aprovada nos termos da proposição original.

Em sua exposição de motivos, fl. 27, o Governador asseverou que a proposição normativa não poderá ser sancionada na totalidade de sua redação original, uma vez que, em seus artigos 1º, §2º, vislumbra-se a caracterização de vício de inconstitucionalidade formal, ao criar atribuições específicas a órgãos do Poder Executivo local e das instituições de ensino particular, representando assim violação do princípio da separação dos poderes, eis que a regra em análise tratar de tema reservado à iniciativa legislativa privativa do senhor Governador, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF.

Noutro diapasão percebe-se inconstitucionalidade material no projeto, em seu art. 2º, ao se fixar prazo para o Chefe de Poder Executivo exercer seu poder regulamentar, prejudicando o princípio da separação entres os Poderes estabelecido no art. 2º da CF.

Por essa razão, comunico que votei o art. 1º, §2º e 2º do Projeto de Lei nº 671 de 2015, fulcro nos artigos 2º da CF e 53 da LODF.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

**DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 111:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 103, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a destinação de veículos automotores terrestres em fim de vida útil e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



RELATÓRIO Nº 01 , DE 2017 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 103/2015, que "Dispõe sobre a destinação de veículos automotores terrestres em fim de vida útil e dá outras providências".

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº 80/2017-GAG, de 27 de abril de 2017, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei nº 103/2015, de Autoria do Deputado Rafael Prudente, que "Dispõe sobre a destinação de veículos automotores terrestres em fim de vida útil e dá outras providências".

À fl. 48, infere-se que o Chefe do Executivo motivou o veto pela suposta **inconstitucionalidade formal** consistente em usurpação de iniciativa legislativa exclusiva do Chefe do Executivo, já que a proposição foi de autoria Parlamentar.

Na Mensagem de Veto em tela restou consignado que a inconstitucionalidade formal subjetiva ocorreria pelo fato do Parlamentar ter iniciado a proposição que versa sobre atribuições de secretarias, órgãos e entidades administrativas, matéria que se encontra na reserva executiva, nos moldes do art. 71, § 1º, inciso II e IV, da Lei Orgânica.

São essas as informações que reputamos relevantes para a apreciação da matéria no âmbito desta Casa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 103, 2015
FOLHA 57 RUBRICA MC

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 112:

Apreciação do veto total Projeto de Lei nº 994, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a proibição de o Banco Regional de Brasília – BRB condicionar a concessão de financiamentos, nas linhas de crédito ao servidor público do Distrito Federal, a qualquer forma de reciprocidade em produtos ou serviços, e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



RELATÓRIO Nº 01 , DE 2017 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 994/2016, que "Dispõe sobre a proibição de o Bando Regional de Brasília – BRB condicionar a concessão de financiamentos, nas linhas de crédito, a qualquer forma de reciprocidade em produtos ou serviços e dá outras providências".

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº 81/2017-GAG, de 24 de abril de 2017, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei nº 994/2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "Dispõe sobre a proibição de o Bando Regional de Brasília – BRB condicionar a concessão de financiamentos, nas linhas de crédito, a qualquer forma de reciprocidade em produtos ou serviços e dá outras providências".

À fl. 20, infere-se que o Chefe do Executivo motivou o veto pela suposta **inconstitucionalidade material** consistente em violação aos princípios da isonomia e da livre concorrência, nos termos do art. 5º, caput, e art. 170, inciso IV, ambos da Constituição Federal.

Outro argumento ventilado na Mensagem de Veto em tela foi a violação ao princípio da proporcionalidade, inscrito no art. 19, caput, da Lei Orgânica do Distrito Federal, pois o Projeto de Lei em tela seria inadequado para alcançar os fins a que se destinam. Ademais, segundo o Executivo, há outros diplomas legais que já alcançariam o desiderato do referido PL, a exemplo do Código de Defesa do Consumidor e da Lei 8.137/1990.

São essas as informações que reputamos importantes para a apreciação da matéria no âmbito desta Casa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL N.º 994, 2016
FOLHA 23 RUBRICA MC.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 114:

Apreciação do veto total Projeto de Lei nº 1.203, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "dispõe sobre a proibição da solicitação de cupom de compra coletiva, na forma que especifica, em estabelecimentos comerciais que servem refeição ou bebida como restaurantes, churrascarias, bares, padarias, lanchonetes e similares, em rodízio ou listados em cardápio, e dá outras providências".

Concedo a palavra ao Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



RELATÓRIO Nº 01 , DE 2017 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1.203/2016, que "Dispõe sobre a proibição da solicitação de cupom de compra coletiva na forma que especifica em estabelecimentos comerciais que servem refeição ou bebida como restaurantes, churrascarias, bares, padarias, lanchonetes, e similares, em rodízio ou listados em cardápio, e dá outras providências".

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº **195/2017-GAG**, de **28 de julho de 2017**, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto **total** oposto ao **Projeto de Lei nº 1.203/2016**, de autoria do **Deputado Julio Cesar**, que **dispõe sobre a proibição da solicitação de cupom de compra coletiva na forma que especifica em estabelecimentos comerciais que servem refeição ou bebida como restaurantes, churrascarias, bares, padarias, lanchonetes, e similares, em rodízio ou listados em cardápio, e dá outras providências**.

A proposição em comento foi aprovada nos termos da Emenda de Plenário nº 1.

Em sua exposição de motivos, **fl. 32/33**, o Governador asseverou que a proposição contém inconstitucionalidade formal e material. A proposição, segundo motivação do Governador invade a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para iniciar projetos de lei que criem novas atribuições para órgãos da Administração Pública, ferindo o art. 71, § 1º da Lei Orgânica.

Argumenta, ainda, que o Projeto em tela adentra na função precípua do Chefe do Executivo em exercer a direção superior da administração distrital, em afronta ao art. 53, IV, VI e X do art. 100 da LODF.

Ademais, a proposição incorreria em violação ao princípio da livre iniciativa ao proibir os estabelecimentos comerciais de solicitarem cupom de compra

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

coletiva na entrada do estabelecimento, em afronta ao art. 1º, IV, da Constituição Federal.

Por fim, asseverou o Governador que as sanções administrativas impostas aos comerciantes que violassem as disposições normativas do referido diploma legal violariam o princípio da proporcionalidade.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa, pois os motivos do veto estão devidamente carreados aos autos do processo.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

**DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	63	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência informa que os vetos parciais também serão votados em bloco, caso não haja manifestação contrária.

Em discussão os relatórios. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação dos vetos.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

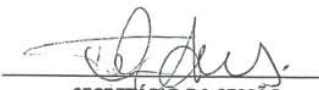
Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

O acordo é pelo voto “não”.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL									
PRESIDÊNCIA									
SECRETARIA LEGISLATIVA									
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017									
VOTAÇÃO EM BLOCO DOS VETOS ÀS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:						DATA: 22/08/2017			
VETOS TOTAIS: PL 10/2011; PL 212/2015; PL 62/2015; PL 1.336/2013; PL 169/2015; PL 790/2015; PL 441/2015; PL 83/2015; PL 231/2015; PL 193/2015; PL 87/2015; PL 759/2015; PL 844/2016; PL 103/2015; PL 994/2016; PL 1.203/2016.									
VETOS PARCIAIS: PL 487/2015 tram. conj. PL 606/15 (inciso III do art. 1º, § 2º e incisos I e II do art. 2º e arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º); PL 1.103/2016 (art. 3º); PL 1.140/2012 (art. 4º); PL 592/2015 (art. 2º); PL 971/2012 (art. 2º); PL 671/2015 (§ 2º do art. 1º e art. 2º)									
AUTORIA: VÁRIOS DEPUTADOS					RELATORIA: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS				
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.	
1	AGACIEL MAIA	PR				1			
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1			
4	CHICO LEITE	REDE				1			
5	CHICO VIGILANTE	PT		1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO		1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1					
8	DELMASSO	PODEMOS		1					
9	JUAREZÃO	PSB				1			
10	JULIO CESAR	PRB		1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1			
12	LIRA	PHS		1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1					
14	PROF. ISRAEL	PV				1			
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1			
18	RICARDO VALE	PT		1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1			
20	SANDRA FARAJ	SD				1			
21	TELMA RUFINO	PROS		1					
22	WASNY DE ROURE	PT		1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1					
24	JOE VALLE	PDT		1					
RESULTADO			0	15	0	9	0	24	
RESULTADO DA VOTAÇÃO									
MANTIDOS () REJEITADOS (X)									
0	VOTOS SIM								
15	VOTOS NÃO								
0	ABSTENÇÕES								
9	AUSÊNCIAS								
0	OBSTRUÇÕES								
15	QUÓRUM VOTANTE								


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos contrários e 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Foram rejeitados os vetos.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar os resultados ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria registrar no plenário desta Casa que votei baseado no entendimento e no acordo da Mesa, mas observo uma ausência significativa de colegas, inclusive alguns colegas que tiveram vetos derrubados. É desgastante para a Casa? É, mas houve um compromisso no Colégio de Líderes, e estamos aqui para honrá-lo.

Não acho isso correto, acho mais honesto o Deputado vir aqui dizer que discorda do acordo da Mesa Diretora e do Colégio de Líderes do que sair, deixar o pepino para os demais assumirem e depois chegar de fininho e retornar. Eu acho muito desconfortável, acho mais honesto dizer: “eu discordo desse e daquele, vou manter meu voto pelo ‘sim’.” Eu acho isso natural, a política é complexa e difícil, mas ser omissa e deixar a gente numa situação embaraçosa não é correto. Eu estou dizendo isso inclusive para os meus. Se houver alguma divergência, eu acho mais honesto dizer: “concordo com o veto do Governador, Deputado Wasny de Roure, vou votar pela manutenção de veto.” Acho isso mais honesto do que sair e não estar presente, mas ter o seu votado. Os dias passam e vem uma próxima sessão. Eu acho que a regra anterior ainda era mais correta: está ausente, não se vota.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Nós fizemos esse acordo, Deputado Wasny de Roure, quero lhe agradecer, bem lembrada a sua colocação.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para acompanhar o Deputado Wasny de Roure na sua fala, penso que S.Exa. está completamente correto em sua avaliação, quero me ombrear com essa mesma linha do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também acompanho em gênero, número e grau o posicionamento do Deputado Wasny de Roure. Acho que, em derrubada de veto, não existe veto em que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

haja a consonância de todos. A pessoa concorda com o dele e, quando chega o do colega, não concorda. Então, foi o que S.Exa. disse: pode falar que não concorda, mas, como há um acordo, que seja votado. Se não, que acabemos com essa questão democrática que V.Exa. pontuou na sua gestão de escolha de vetos, tirando-se aqueles vetos que, lógico, o Colégio de Líderes acha que não sejam bons para a sociedade.

Deputado Wasny de Roure, se eu saí, é porque eu estava assinando documentos do gabinete, mesmo porque fico sempre até o final. Já chegou um dia, quando eu até ri para o Presidente, em que eu fiquei até o final, esvaziou o *quorum* e não tive nenhum dos dois votados. Mas hoje eu acho que há um meu ainda. Fico até o final, toda terça-feira estou ficando até o final em respeito aos colegas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não estou dizendo que todos que faltaram foi deliberadamente, não. Eu estaria cometendo uma enorme injustiça porque há colegas que estão em consulta médica ou têm alguma atribuição que justifique estarem ausentes. Não estou dizendo que todos que faltaram foi com esse propósito, de forma alguma.

Entendo, e aí fica a consciência de cada um que tem o seu veto derrubado ou mantido, e está resolvido. Acho que é importante nós... Porque, às vezes, a ponderação de um colega é muito relevante para nós. O que não cabe é querer deixar o outro colega exposto de uma maneira deliberada, quando houve uma decisão na instância maior desta Casa, que são o Colégio de Líderes e a Mesa Diretora.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente, Deputado Wasny de Roure. Para isso tudo que nós estamos discutindo, nós temos feito um trabalho, há muitos números mostrando a questão da inconstitucionalidade desta Casa, aliás números elucidativos. Nós vamos promover aqui um seminário sobre constitucionalidade, para que possamos fazer um posicionamento muito claro, muito correto, para ficarmos tranquilos em relação a isso, já que somos representantes, já que o Executivo não tem dado a resposta necessária para a população que precisa dessas leis.

Gostaria de consultar os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento causado pelos demais vetos da Ordem do Dia e votar as proposições da pauta e itens extrapauta incluídos na Ordem do Dia.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – É quase um pedido, Sr. Presidente. Às 19 horas, neste plenário, nós faremos uma sessão solene em homenagem aos 40 anos do colégio e universidade Projeção, instituição

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	66	

que tem uma história nesta cidade, com destaque para a região de Taguatinga, de que sou morador.

Então, como nós precisaremos inclusive de um tempo para organizar o espaço deste plenário, até porque se espera que venha um número significativo de pessoas, peço a V.Exa. e aos pares que consigamos encerrar a sessão pelo menos até às 18h30min, ou mesmo agora, se for possível, para que possamos organizar essa sessão.

É um pedido. E convido antecipadamente, em nome do Dr. Oswaldo Saenger, Diretor-Presidente da instituição, todos os Parlamentares a participarem desta sessão solene.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Eu só queria pedir aos Deputados que ficassem porque nós vamos votar em bloco, agora, moções e requerimentos, só para fecharmos, porque há algumas coisas que serão feitas agora nesta semana.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo respeito ao Deputado Lira, eu continuo destacando aquela moção com relação à Venezuela, e não há acordo para votá-la, trata-se do item nº 126.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. A gente faz o destaque e vota essa separadamente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Aquele lá é um problema para que o Maduro resolva lá com o povo dele, acho que a Câmara Legislativa já tem problema demais para ficar se metendo com a vida do Maduro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Será votada separadamente.

Então, novamente consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento causado pelos demais vetos da Ordem do Dia e votar as proposições da pauta e itens extrapauta incluídos na Ordem do Dia. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passaremos a votação do primeiro item.

Consulto os Líderes se há acordo para votar os projetos de decreto legislativo em bloco pelo processo nominal. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, passa-se aos projetos para votação.

Item nº 123:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Magela Carvalho Rodrigues”.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	67	

Item nº 124:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Ministra Laurita Hilário Vaz".

(Assume a Presidência o Deputado Robério Negreiros.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Item nº 125:

Item nº 125:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor João Miranda Lima, criador da Rua dos Restaurantes na quadra 405 Sul de Brasília".

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília a Caio Sena Bonfim".

Em discussão os projetos de decretos legislativos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando os projetos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO NºS 50/2015; 244/2017; 162/2016; 38/2015.					DATA: 22/08/2017				
AUTORIA: VÁRIOS DEPUTADOS									
TURNO ÚNICO									

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
14	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
9	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
15	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 1 abstenção. Houve 9 ausências.

Estão aprovados os projetos.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Magela Carvalho Rodrigues”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que “concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Ministra Laurita Hilário Vaz”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que “concede o título de Cidadã Honorária de Brasília Senhor João Miranda Lima, criador da Rua dos Restaurantes na quadra 405 Sul de Brasília”.

Discussão e votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “concede o título de Cidadão Honorário Benemérito de Brasília a Caio Sena Bonfim”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à sanção.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	69	

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que seja lida a moção de minha autoria que está sobre a Mesa e que possa ser votada, caso seja possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a questão de ordem de V.Exa.

Procederemos à leitura da moção em questão.

Moção nº 760, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, de apoio à imediata votação e aprovação no Plenário da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei Federal nº 2.295, de 2000, que “dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem”.

Incluo no processo de votação a moção do Deputado Bispo Renato Andrade que acaba de ser lida.

Consulto os líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e moções em bloco. (Pausa.)

Há acordo para a votação em bloco, com a ressalva do destaque da moção do Deputado Lira, que será votada em separado, posteriormente.

Item nº 127:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 743, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de Louvor e parabeniza os dentistas do Distrito Federal pelo seu dia”.

Item nº 128:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 744, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta repúdio pelo fechamento do Centro de Saúde nº 02, localizado na Região Administrativa do Guará”.

Item nº 129:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 746, de 2017, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “manifesta votos de Louvor e parabeniza o professor Oswaldo Luiz Saenger, presidente do Grupo Projeção, pelos relevantes serviços prestados à educação do Distrito Federal”.

Item nº 130:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.906, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “requer a realização de audiência pública, em 1º de setembro, para debater os problemas enfrentados pelos taxistas do Distrito Federal”.

Item nº 131:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.907, de 2017, de autoria do Deputado Lira, que “requer a realização de audiência pública, no dia 15 de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

setembro de 2017, no Plenário desta Casa, para debater a questão das famílias de detentos no Distrito Federal”.

Item nº 132:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.916, de 2017, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que “requer a realização de audiência pública, no dia 3 de outubro de 2017, para discussão da defesa do serviço público”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 760, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, de apoio à imediata votação e aprovação no Plenário da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei Federal nº 2.295, de 2000, que “dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem”.

Em discussão os requerimentos e moções. Destacada a moção de autoria do Deputado Lira. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os requerimentos e moções; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017



DATA: 22/08/2017

MOÇÕES Nº	743/2017; 744/2017; 746/2017; 760/2017								
REQUER Nº	2.906/2017; 2.907/2017; 2.916/2017								
AUTORIA:	VÁRIOS DEPUTADOS				TURNO ÚNICO				
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.	
1	AGACIEL MAIA	PR				1			
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1						
3	CELINA LEÃO	PPS				1			
4	CHICO LEITE	REDE				1			
5	CHICO VIGILANTE	PT				1			
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO				1			
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1						
8	DELMASSO	PODEMOS				1			
9	JUAREZÃO	PSB				1			
10	JULIO CESAR	PRB	1						
11	LILIANE RORIZ	PTB				1			
12	LIRA	PHS	1						
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1						
14	PROF. ISRAEL	PV				1			
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1						
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1			
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1			
18	RICARDO VALE	PT	1						
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1						
20	SANDRA FARAJ	SD	1						
21	TELMA RUFINO	PROS	1						
22	WASNY DE ROURE	PT	1						
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1						
24	JOE VALLE	PDT	1						
RESULTADO			13	0	0	11	0		24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADOS	
13	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
11	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
13	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Estão aprovados os requerimentos e as moções.

Ainda temos aqui uma moção do Deputado Lira que foi destacada. Consulto o Deputado se deseja votar essa moção hoje ou se podemos incluí-la na pauta de votação de amanhã.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, gostaria que fosse votada hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não temos mais *quorum*, Deputado Lira. Mas vamos fazer a leitura do Expediente, vamos ver se seguramos o *quorum*.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesse caso, peço a V.Exa. que coloque na pauta de amanhã, logo no início, para que seja um dos primeiros itens a ser votado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Amanhã já estará na Ordem do Dia, Deputado Lira.

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Gostaria de fazer um comunicado a todos os Parlamentares presentes – amanhã faremos esse comunicado novamente. No dia 24 de agosto, ocorrerá a sessão itinerante do Câmara em Movimento no Jardim Botânico. Na oportunidade, solicito a presença de todos mais uma vez. O Câmara em Movimento tem sido extremamente importante, tem dado um bom resultado. Informo também que estão sendo entregues as credenciais para o estacionamento, e no verso dessas credenciais encontra-se o mapa indicador do local onde será realizada a referida sessão.

Estamos nesse processo de votação dos vetos. Agora, a próxima etapa, como foi acordado, é a manutenção dos vetos nos projetos de Deputados. Encerramos a etapa até o dia 1º de agosto, a partir do dia 1º de agosto então continuamos com todo o processo, será uma nova etapa de votação dos vetos que chegam à Casa, e os Deputados indicarão os seus novos projetos para a derrubada dos vetos.

Gostaria só de salientar que temos feito um trabalho em relação à questão da inconstitucionalidade numérica dos projetos da Câmara. Esse trabalho será objeto desse seminário sobre constitucionalidade que acontecerá aqui na Câmara.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2017	15h	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

Não havendo mais nada a tratar, e já agradecendo a todos os Deputados que participaram da nossa sessão e ajudaram a dar produtividade a esta Casa, declaro encerrada a presente sessão. Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 18h10min.)